



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA**

**O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA POLÍTICA NO
GOVERNO VARGAS (1942-1945)**

Foz do Iguaçu
2017



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ARTE, CULTURA E HISTÓRIA (ILAACH)
HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA**

O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA POLÍTICA NO GOVERNO VARGAS (1942 – 1945)

Mayck Pereira de Araújo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito à obtenção do título de Bacharel em História – América Latina.

Orientadora: Profª. Doutora Maria Inês Amarante

Foz do Iguaçu

2017

MAYCK PEREIRA DE ARAÚJO

**O RÁDIO COMO INSTRUMENTO DE PROPAGANDA POLÍTICA NO
GOVERNO VARGAS (1942 – 1945)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito Parcial à obtenção do título de Bacharel em História da América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof.^a (Doutora) Maria Inês Amarante
UNILA

Prof. (Doutora) Tereza Spyer Dulce
(UNILA)

Prof. (Doutor) Anibal Orué Pozzo
(UNILA)

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

*Dedico este trabalho a minha mãe, **Marinalva Pereira Raposo**,*

Porque, mesmo com o Ensino Fundamental incompleto,

nunca deixou de incentivar seus três filhos,

que o melhor caminho na vida é o estudo.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradeço a Deus por essa força que me move a cada amanhecer, para ir sempre em busca de novos objetivos.

Agradeço com toda sinceridade à minha orientadora, professora Inês, que durante todo esse tempo sempre esteve disposta a me manter firme e forte na elaboração desse trabalho. Agradeço a cada artigo indicado por ela, cada livro, cada cópia que ela nunca mediu esforços para fazer. Agradeço também aos vários encontros para as orientações, para cada novo parágrafo que ia surgindo durante o trabalho. Nenhum esforço foi em vão.

Agradeço a Unila pelos auxílios.

Agradeço ao Rafa Gonzalez por te me convidado para participar de um projeto de extensão com a criação de um jornal de rádio.

Agradeço também ao professor da Unila, Mário Ramão Villalva, por ter nos orientado durante o projeto de extensão. E todas as outras coisas mais que ele pode me ensinar durante nossas conversas nos corredores e salas de aula da Unila.

Agradeço a minha mãe, e toda minha família, por sempre acreditar em nossas conquistas.

A todos os professores do curso de História – América Latina.

Agradeço também a minha namorada Marciana por ter acompanhado minha luta passo a passo em prol do TCC nos últimos meses e semanas.

Aos amigos do curso de História – América Latina: Ellen, Miriam, Ezequiel e demais. E em especial a esses dois Cleber e Rosangela.

“Liguei o rádio. Além dos pensamentos,
queria outros ruídos no cérebro.

Mais profanos, menos confusos.” Caio Fernando de Abreu.

ARAÚJO, Mayck Pereira de. **O rádio como instrumento de propaganda política no governo Vargas. 2017.** 60 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

RESUMO

A pesquisa realizada para este trabalho de conclusão de curso teve como objetivo mostrar o papel do rádio como instrumento importante de propaganda política no governo de Getúlio Vargas, principalmente no período do Estado Novo. O rádio chegou ao Brasil na década de 1920 com objetivos educativos. Nessa primeira década poucas rádios foram inauguradas, pois eram custeadas por pessoas que pagavam mensalidades para a manutenção. Na década seguinte, com a regulamentação da publicidade por Getúlio Vargas, o rádio começa a ganhar um perfil mais comercial, profissional e especializado, com venda de produtos e atrações. Em todo o período que esteve no poder, Vargas viu o rádio como um grande aliado, pois este era uma ferramenta de comunicação de massa já bastante utilizada por líderes da Alemanha e da Itália na época. Ele inaugura os informativos governamentais obrigatórios no rádio que sobreviveram até os dias atuais. O rádio na Era Vargas contribuiu em protestos de oposição, e foi também através dele que o Presidente anunciou o Estado Novo, em 1937. Em 1942, quando Marcondes Filho é escolhido como Ministro do Trabalho, Vargas tenta uma maior aproximação com os trabalhadores brasileiros, que se organizavam em sindicatos, e designa este ministro como porta-voz para ministrar palestras radiofônicas a fim de divulgar seus feitos e aumentar sua popularidade enquanto líder absoluto da Nação, mantendo uma linha o mais próximo possível entre governo e trabalhadores. Ao analisar os elementos de propaganda desses discursos proferidos pelo Ministro no programa A Hora do Brasil, conclui-se que as mensagens eram produzidas no sentido de reforçar a imagem do patriarca protetor e “pai dos pobres” do Presidente e o sentimento nacionalista que o manteve no poder, assim como fortalecer o elo entre seu governo e a população que estava mais distante da capital do país.

Palavras-chave: Rádio. Trabalhadores. Propaganda. Política. Vargas.

ARAÚJO, Mayck Pereira de. **Radio as an instrument of political propaganda in the Vargas government. 2017.** 60 páginas. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História – América Latina) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2017.

ABSTRACT

The research carried out for this course was aimed at showing the role of radio as an important instrument of political propaganda in Getúlio Vargas' government, especially in the Estado Novo period. Radio arrived in Brazil in the 1920s for educational purposes. In that first decade few radios were inaugurated, since they were paid by people who paid monthly for the. In the following decade, with the regulation of advertising by Getúlio Vargas, radio began to gain a more commercial, professional and specialized profile, selling products and attractions. Throughout the period he was in charge, Vargas saw radio as a great ally, following, as it was a mass communication tool already widely used by leaders of Germany and Italy at the time. he opened the mandatory government radio news bulletins that have survived to this day. The radio in the Era Vargas contributed to opposition protests, and it was also through him that the President announced the Estado Novo in 1937. In 1942, when Marcondes Filho was chosen as Minister of Labor, Vargas tried to get closer to the Brazilian workers, Organized as syndicates, designated this minister him as a spokesperson to deliver radio speeches in order to publicize his achievements and increase his popularity as the absolute leader of the Nation, keeping a line as close as possible between government and workers. In analyzing the propaganda elements of these speeches delivered by the Minister in the program "Hora do Brasil", it was concluded that the messages were produced in order to reinforce the image of the president's protector patriarch and "father of the poor" and the nationalist feeling that kept him in charge, as well as strengthen the link between his government and the population that was further away from the capital of the country.

Keywords: Radio. Workers. Advertising. Policy. Vargas.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – OS PRIMÓRDIOS DO RÁDIO	15
1 Introdução.....	15
1.2 Rádio Sociedade – a primeira emissora oficial	18
1.2.1 A Programação da Rádio Sociedade.....	20
1.2.1.1 Programação Musical	21
1.3 O rádio em São Paulo.....	21
1.4 Mudanças no ar.....	22
CAPÍTULO II – GETÚLIO VARGAS E O RÁDIO	25
2.1 Da Hora do Brasil à Voz do Brasil	25
2.2 O populismo de Vargas e a fundação do Ministério do Trabalho.....	26
2.3 O aceleração da industrialização	28
2.4 A oposição paulista contra Vargas	32
CAPÍTULO III – O MINISTRO DO TRABALHO NO RÁDIO E A FORÇA DA PERSUASÃO	35
3.1 Do Ministério do Trabalho para o rádio.....	35
3.2 Os discursos do Ministro	37
3.2.1 Rerum Novarum.....	39
3.2.2 Vida Sindical.....	43
3.2.3 Os Proletários Intelectuais.	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
REFERÊNCIAS	51
ANEXOS.....	54

INTRODUÇÃO

Getúlio Dornelles Vargas foi presidente do Brasil por duas vezes, em um período de menos de 25 anos. Seu primeiro mandato se deu de 1930 a 1945 e divide-se em três etapas: Governo Provisório (1930 – 1934); governo eleito através da Assembleia Nacional Constituinte (1934 – 1937); e Estado Novo (1937 – 1945). Já o segundo mandato foi mais curto: começou em 1951 e interrompeu-se agosto de 1954 com seu suicídio. Vargas ficou conhecido pelo populismo¹ que marcou os seus governos, através de ações em que o objetivo era se aproximar do povo, e tentar manter uma distância mínima possível dele.

Um dos maiores instrumentos que contribuiu para que isso acontecesse foi o rádio, meio de comunicação pelo qual o presidente anunciava as realizações e projetos e “conversava diretamente” com seus ouvintes. Segundo Gomes (1999, p. 64-65):

No caso do rádio, uma iniciativa merece atenção especial. Desde 1934, Vargas criara um programa oficial — inicialmente a “Hora do Brasil” e, em seguida, “Voz do Brasil” —, no qual se transmitia uma programação centrada nas “realizações políticas” de seu governo. Porém, a partir da posse do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, Alexandre Marcondes Filho, em janeiro de 1942, esse programa passou a irradiar, semanalmente, uma palestra do próprio ministro, na qual ele se dirigia coloquialmente aos trabalhadores.

“Falando aos trabalhadores brasileiros” tinha como objetivo básico divulgar grande obra trabalhista do presidente, explicando aos diretamente interessados seus novos direitos. Devia ser um canal de comunicação privilegiado, rápido e sem intermediários, entre o povo e o presidente/Estado.

Em uma época em que o número de analfabetos era bastante elevado no país, a melhor forma que Getúlio Vargas encontrara para ficar mais próximo da população era através da fala, ou seja, dos discursos que pronunciava. O Governo então começou a idealizar métodos pelos quais seria possível atingir um grande público.

Assim, em 1939, o Presidente cria o DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda, o que lhe permitia manter o controle sobre a opinião pública (censura) e os outros meios de comunicação da época, ao mesmo tempo em que lhe dava plena liberdade para divulgar suas obras. Porém, como lembra Haussen (1997, p. 21):

¹ Para Batistella (2012, p. 468) não é uma das tarefas mais fáceis tentar conceituar ou até mesmo reconceituar o termo *populismo*. As definições sobre esse termo são imprecisas, ambíguas e juntamente a isso os modelos existentes são de forma confusos e até mesmo contraditórios. Por isso populismo pode denominar fatos históricos bem distintos.

[...] anteriormente, já em 1931, havia sido criado o DOP – Departamento Oficial de Propaganda, agregado à Imprensa Nacional, tendo como atividades principais a elaboração de um programa oficial radiofônico, precursor da “Hora do Brasil”, retransmitido para todo o país, e o fornecimento de informações oficiais à imprensa.

Em 1937, através do rádio, Vargas declarou a nova Constituição, instituindo o Estado Novo. Meses antes, o mesmo aumentara o número de rádios no país para 42 emissoras². O que se percebe é que, desde o início de seus Governos, Vargas já via no rádio o seu principal aliado político, embora o sindicalismo brasileiro passasse por um momento crítico e a política de controle do movimento sindical da presidência não fosse consensual entre os trabalhadores.

O programa “Hora do Brasil”³, iniciado nos anos 1930 e transmitido até os dias atuais na faixa das 19 horas com o nome de “Voz do Brasil”⁴, era apresentado por Luiz Jatobá na Rádio Guanabara, no Rio de Janeiro, das 18h45 às 19h45, horário de maior audiência do rádio naquele período (HAUSSEN, 1997, p. 24).

De 1942 a 1945, seu porta-voz - o Ministro do Trabalho Indústria e Comércio Alexandre Marcondes Filho -, fez inúmeras palestras com o objetivo de manter um vínculo mais forte entre Vargas e o povo brasileiro. Durante três anos, todas às quintas-feiras, o ministro utilizava o rádio para seus pronunciamentos e os textos dessas palestras eram transcritos e veiculados, no dia seguinte, em coluna do Jornal *A Manhã*⁵ que, segundo Gomes (1999, p. 95) era também um meio de comunicação usado pelo Estado Novo.

Nessas palestras, o Ministro abordava os mais diversos assuntos, como levanta Gomes (1999). Tratava do estímulo ao consumo e à produção de produtos, do incentivo à formação de cooperativas de consumo, da cooperação entre forças militares e sociedade civil, da valorização salarial para trabalhadores do mesmo setor, independente de distinção sexual, da intensificação da vida sindical, do incremento das relações entre empregados e empregadores, das condições de trabalho das mulheres, amparo feminino, etc.

Em algumas dessas mensagens, Marcondes Filho se dirigia à “senhora do lar proletário” e “aos homens que estavam em uma idade avançada, mas que viviam em uma

²O sistema radiofônico brasileiro desde seu início esteve sob o controle do Estado.

³ Criada em 22 de julho de 1935, através do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural.

⁴“O responsável pelo programa “Voz do Brasil” atualmente é a EBS - Empresa Brasil de Comunicação, criada em 2007 em substituição à Radiobrás - para dar voz a Constituição, que prevê a complementaridade dos sistemas estatal, privado e público.” Texto retirado de <<http://www.ebcservicos.com.br/>> Acesso em 02 de dezembro de 2014.

⁵ Estes discursos estão disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira, pertencente à Biblioteca Nacional do Brasil.

situação de desemprego”, para convencer os trabalhadores que o governo era o alento de todos (MARCONDES FILHO, 2002).

Na Argentina Perón também teve uma relação bastante semelhante a de Vargas no Brasil. Segundo Haussen (1997, p. 69) Perón fez uso do rádio com o controle dos monólogos humorísticos – 20 ao todo – escritos pelo novelista peronista Leopoldo Marechal. Em maio de 1946 foi criado o “Manual de Instruções para as Estações de Radiodifusão”, através do decreto 13.374/46, que deixou os radiodifusores bem preocupados. Por este decreto, todo o conteúdo de radiodifusão era previsto, desde que fossem apresentados previamente os *scripts* com estes conteúdos, incluindo expressões que abriam e encerravam os programas.

O Estado Novo⁶, caracterizado pelo autoritarismo, foi instituído em 1937 como uma ação preventiva de Vargas para que o país não fosse dominado pelos comunistas. Essa época coincide com a “Era de Ouro do Rádio” que teve o seu auge entre os anos 1940 e 1950, período em que o veículo havia passado de educativo à popular, segundo Ortriwano (1985, p. 15). Era o apogeu do “rádio espetáculo”, com destaque para o entretenimento (FERRARETTO, 2002, p.172).

Desde 1932, com a publicidade⁷, como lembra Malully (2012, p. 2) o rádio começou a interessar os empresários e tornar-se um meio massivo de comunicação, servindo como estratégia para a manutenção do poder presidencial e dando início à Indústria Cultural. Ele oferecia, além de uma programação variada, diversos produtos de consumo.

Getúlio Vargas mantinha sua postura “paternalista” junto aos trabalhadores por meio do rádio, construindo sua imagem de “pai dos pobres” que sobreviveu ao longo da história. Seu governo exercia um controle direto sobre o sindicalismo brasileiro e, muitas vezes, se contrapunha às lutas dos trabalhadores para a conquista de seus direitos. Rádio e política andavam juntos e a política de Vargas foi marcante para a história do rádio.

Sendo assim, a problemática requer uma reflexão para se compreender as estratégias que o Presidente utilizou, sobretudo através do rádio, para estabelecer relações de poder e controlar a opinião pública se sobrepondo ao movimento sindical.

Com a chegada do Ministro do Trabalho, Sr. Alexandre Marcondes Filho, logo se inicia a divulgação de discursos no rádio e em jornal impresso.

Este fato nos motivou a realizar a presente pesquisa qualitativa, partindo da indagação sobre de que modo Getúlio Vargas utilizou o rádio, meio de comunicação de massas da época,

⁶ O que também é chamado de Ditadura Vargas

⁷ Getúlio Vargas instituiu a publicidade através do Decreto-Lei n. 21.111, de 01 de março de 1932.

como instrumento de propaganda e apoio político. Ela apresenta um caráter histórico-descritivo (GIL, 2008, p. 28) e contou com levantamento bibliográfico, documental e análise de elementos de propaganda do discurso.

O fato de aturamos no rádio desde o ano de 2013, também despertou o nosso interesse pela história deste meio de comunicação, cujos rumos foram definidos no governo Vargas.

As obras estudadas versam sobre o rádio brasileiro e a relação estabelecida com o ambiente político da época estudada; a política paternalista de Getúlio Vargas na 3ª etapa de seu governo e sua relação com os trabalhadores e sindicatos brasileiros. A pesquisa documental foi realizada em jornais oficiais, periódicos e revistas relacionadas aos discursos políticos – e sua transcrição - que trazem informações cuja análise permitirá verificar como o governo Vargas fazia uso da linguagem radiofônica para contemplar seu propósito político.

Dessa maneira, trazemos um levantamento da evolução histórica do rádio e das principais transformações que sofreu no governo Vargas enquanto meio popular; (as relações políticas do governo Vargas com o rádio e os movimentos operários no período de 1930 a 1945) e uma seleção de três discursos de Alexandre Marcondes Filho dirigido aos trabalhadores brasileiros no programa radiofônico “Hora do Brasil” - que foram também publicados durante três anos (1942 – 1945) no Jornal *A Manhã*, a fim de verificar de que forma estas mensagens traduzem o populismo de Vargas numa perspectiva da construção de sua imagem.

O desenvolvimento desse trabalho teve como referencial teórico, uma pesquisa bibliográfica com base nos principais autores, assim como obras e estudos complementares, que trataram de temas específicos, tais como:

- aspectos históricos e evolutivos do rádio: Moreira (1991), Ortriwano (1985); Haussen (1997) que compara o uso do rádio na política nos tempos de Vargas e Perón, na Argentina; Pandolfi (1999), que aborda o repensar dentro do Estado Novo; Garcia (1999) que traz os elementos de propaganda dos discursos de Marcondes Filho entre os anos de 1942 e 1945.

- a política de Vargas e o repensar durante o Estado Novo, trazidos por Castro Gomes (1999) em sua obra *Ideologia e Trabalho no Estado Novo*.

- coletânea dos discursos do Ministro do Trabalho Marcondes Filho (2002) pronunciados de 1942 a 1945.

A pesquisa documental compreende exemplares do jornal da época *A Manhã*, bem como sites para atualização das informações.

O Capítulo I – **OS PRIMÓDIOS DO RÁDIO** - trata do início do rádio e de como este meio de comunicação chegou ao Brasil. Através da sua primeira transmissão oficial em 7 de setembro de 1922 quando o país comemorava cem anos de sua independência. Mas o rádio entra no ar efetivamente apenas no ano seguinte, em 20 de abril, com o surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada por Roquette-Pinto e seus aliados. Em São Paulo, o rádio chegou no ano de 1924 através da Rádio Educadora Paulista e outras emissoras mais foram surgindo, dentre elas, a Rádio Clube de São Paulo. Já na década de 1930, o rádio começa a ganhar rumos comerciais e se tornar atrativo para os investidores. No ano de 1932, através do Decreto-Lei nº 21.111, a propaganda se tornou regulamentada, com o limite de tempo máximo de 10% da programação destinada para a publicidade em cada emissora. Desse momento em diante as emissoras deixavam de ser amadoras e se tornavam mais profissionais.

O Capítulo II – **GETÚLIO VARGAS E O RÁDIO** - mostra a relação política entre o governo Vargas e o rádio e o modo como o presidente conseguiu ver o rádio como aliado. Em 1931, criou o DOP e, em 1939, o transformou em DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), mantendo o rádio sob controle. Ainda com o DOP Vargas cria a “Hora do Brasil”, programa que servia para a divulgação dos feitos pelo Governo através de suas mensagens publicitárias. Ele e seus aliados foram os responsáveis pela criação do populismo no Brasil e pelas transformações políticas e econômicas no país entre as décadas de 1930 e 1950. Com uma comunicação monopolizada através da censura pelo DIP ele podia mostrar suas ideias sem que houvesse um interventor. Todos os conteúdos que eram veiculados nas emissoras eram preparados de antemão e levados à censura no Rio de Janeiro, capital do Brasil na época. A era Vargas gerou forte oposição entre a oligarquia paulista receosa de que Vargas pudesse ser manipulado pelas facções políticas de caráter regionais. Mas ele soube manusear a situação e nomeou interventores estaduais, sendo eles governadores depostos.

O Capítulo III – **O MINISTRO DO TRABALHO NO RÁDIO E A FORÇA DA PERSUASÃO** - encerra o trabalho, apresentando a trajetória do Ministro do Trabalho de Vargas, Alexandre Marcondes Filho, desde 1941, envolvendo toda a sua carreira política até suas incursões pelo rádio, como porta-voz do Presidente, pronunciando discursos de propaganda política com a missão de manter o governo o mais próximo possível de sua classe trabalhadora. São apresentadas análises dos elementos de propaganda de três discursos

escolhidos, escritos e radiofonizados entre os anos de 1942 a 1945: *A Rerum Novarum, Vida Sindical e Os Proletários Intelectuais*.

Considerações Finais: é apresentada uma síntese e reflexão sobre os elementos apurados nos capítulos que compõem este trabalho, tanto do ponto de vista histórico sobre o rádio, quanto do uso feito por Getúlio Vargas na época do Estado-Novo que percebeu a potencialidade deste meio de comunicação. O rádio abandonou sua vocação educativa em proveito dos objetivos comerciais e serviu - e serve até hoje -, como instrumento político, considerando que cada época tem suas particularidades históricas. A Hora do Brasil, criada por decreto por Vargas, deu lugar à Voz do Brasil que segue seu curso desde os anos 1930 com o mesmo objetivo.

CAPÍTULO I – OS PRIMÓRDIOS DO RÁDIO

1 Introdução

No início do século XX, mais precisamente na segunda década, o rádio começava a surgir no Brasil, já se tornando a principal fonte de informação. Autores que se dedicaram ao estudo desse meio de comunicação, entre eles Moreira (1991); Ortriwano (1985); Haussen (1997) enfatizam que a primeira transmissão radiofônica se deu no dia 7 de setembro de 1922, em celebração ao centenário da independência do país, com um discurso do presidente Epitácio Pessoa.

A potência do transmissor desse evento era de 500 watts. Os receptores foram espalhados pela cidade, e também por Niterói e Petrópolis com o objetivo de atingir o maior número possível de pessoas. Segundo Ortriwano (1985, p. 13), naquela ocasião foram usados 80 receptores importados dos Estados Unidos, justamente para marcar uma nova era da comunicação no Brasil. Porém esses aparelhos foram recolhidos, pois os custos eram altos para mantê-los em funcionamento. Roquette-Pinto ainda tentou convencer o Governo a adquiri-los, mas foi uma tentativa frustrada.

A primeira emissora oficial só entrou no ar no dia 20 de abril do ano seguinte: a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, hoje chamada Rádio MEC, fundada por Roquette-Pinto e Henrique Morize, presidente da Academia Brasileira de Ciências (ABC), uma rádio que surge de forma independente, sem vínculos governamentais. Não havia caminhos traçados para os pioneiros do rádio, eles tiveram que derrubar barreiras, inclusive legais, para serem reconhecidos:

Assim, depois de intensa peregrinação, os pioneiros da radiodifusão conquistavam mais uma vitória. Em 20 de agosto, quatro meses depois da criação da Rádio Sociedade, o presidente Arthur Bernardes autorizava, oficialmente, as irradiações para fins educativos. (MILANEZ, 2007, p. 18)

Segundo Haussen (1997, p. 18): “Roquette-Pinto, antropólogo e sociólogo, considerado o ‘pai da radiodifusão no Brasil’, percebeu a potencialidade do veículo e projetou colocá-lo a serviço da cultura e da educação.”⁸

⁸ “Muitas pessoas já dedicaram boa parte de sua vida, à construção e desenvolvimento do Brasil. Uma delas foi Edgard Roquette-Pinto, principalmente quando percebeu profeticamente, em 1922, a importância do rádio como forma de comunicação popular e de democracia cultural em nosso país. Médico, antropólogo e educador brasileiro, nascido no Rio de Janeiro em 25 de setembro de 1884, Roquette-Pinto foi o precursor da radiodifusão

O rádio chegava dessa forma ao Brasil com o apoio da Academia Brasileira de Ciências, sendo ela a responsável pela compra dos equipamentos. Em discurso pronunciado em 1922, Roquette-Pinto definiu bem como foi essa primeira transmissão na Praia Vermelha, no Rio de Janeiro: “Tudo roufêno, distorcido, arrombando os ouvidos, era uma curiosidade sem maiores consequências” (MAUAD, 2009, p.4).

Nesse evento que marcou os 100 anos da independência do Brasil estiveram presentes autoridades do mundo inteiro, mas os norte-americanos chegavam para revolucionar a história do país trazendo uma nova tecnologia que encantava a todos os que estiveram presentes naquela ocasião. Vale lembrar também os principais motivos para que tudo isso acontecesse: a capital do país na época era o Rio de Janeiro, e a Academia Brasileira de Ciências ali estava sediada. Uma das vontades de seus diretores era que ela fosse divulgada pelas suas produções, ganhando mais espaços em livros, revistas e jornais.

Em 1923, o rádio começava a dar seus primeiros passos nessa longa trajetória de mais de nove décadas, com o incentivo de grupos elitizados. Por este motivo, as primeiras emissoras do Brasil levavam o nome de Sociedade ou Clube, pois formavam clubes seletos de ouvintes. Essa designação fazia referência às pessoas que arcavam com as despesas dessas rádios, uma vez que os custos para que continuassem irradiando eram muito elevados.

No início, não se pensou no rádio como uma ferramenta comercial⁹, um sistema de divulgação passível de gerar lucro, mas sim apenas como instrumento educativo e de lazer cultural. Dessa forma, ele era sustentado por pessoas do alto escalão da sociedade, com nível educativo elevado, condições econômicas para frequentar este ambiente cultural que a programação dele contemplava. Eram tocadas apenas óperas e transmitiam-se recitais de poesias e palestras para um público seletos. Para Hale (1985, p. 194) o rádio é uma ferramenta capaz de render dividendos educativos, e também sociais, através de pouco investimento.

Segundo Ortriwano (1985, p. 13) o rádio nascia como um empreendimento com finalidades puramente educativas e culturais, tendo em vista que o número de letrados era muito alto na época. De acordo com levantamento feito por Ferraro (2002, p. 34) a taxa de analfabetismo no Brasil na década de 20 era de 71,20% para 26 milhões de habitantes e, em

brasileira, sempre com o objetivo de divulgar cultura e educação. Graduou-se em medicina, com especialização em medicina geral, mas logo rumou para a Antropologia, sendo nomeado professor assistente de antropologia do Museu Histórico Nacional, em 1906. Informações de: <http://www.fm94.rj.gov.br/index.php/controladorhistorico>, acesso em 30 de junho de 2015.

⁹Em 1922 surgiu nos EUA a primeira emissora comercial do mundo, chamada WEAf, que foi criada pela American Telephone and Telegraph.

1940, esse percentual já cai para 61,20%, de um total de quase 35 milhões de pessoas. É o que nos mostra o quadro a seguir: (FERRARO, 2002, p. 34).

Ano do Censo	População		
	Total	Não alfabetizada	
		Nº	%
População de 5 anos e mais			
1890	12.212.125	10.091.566	82,6
1920	26.042.442	18.549.085	71,2
1940	34.796.665	21.295.490	61,2

Durante praticamente toda a década de 1920, lembra Moreira (1991, p. 23) “o rádio brasileiro caracterizou-se pela produção de programas simples – informativos ou musicais – porque não havia investimento no setor”. A mudança nesse aspecto começaria na década seguinte, nos anos 1930, que foram o começo de tudo para o rádio: as ambições dos empresários já eram grandes neste sentido, especialmente no que se referia ao poder de persuasão do veículo.

Naquela época, pesquisadores americanos, entre eles, Laswell e Lazarsfeld, se dedicavam ao estudo do novo meio de comunicação como ferramenta de propaganda que atingia as massas. Entre esses estudos registra-se a Teoria Hipodérmica, que começou na Escola Norte-Americana no período entre as duas guerras mundiais: Grande Guerra (1914 – 1918) e Segunda Guerra (1939 – 1945). Supunha-se que a mensagem transmitida pelo rádio atingia diretamente um grande público de uma única vez, tentando trabalhar a emoção do indivíduo.

Os principais elementos que caracterizaram o contexto foram as novidades dos fenômenos das comunicações de massa e que constituíam um elo entre estas pesquisas e as tragédias desses períodos. A história da comunicação é confundida até mesmo com a história da humanidade até o século XX, pois, lembra Martins (2003, p.11), este foi conhecido como o

século da persuasão, suspeita e manipuladora. Para este autor a persuasão tem duas fases: a primeira é a comercial, da propaganda, com o sentido de vender, já a segunda é argumentativa, de ideias políticas, argumentos de líderes políticos. Os teóricos sempre procuraram criar modelos capazes de representar o processo de comunicação, através das influências das ciências exatas. A comunicação era assunto de engenheiros, emissores e receptores. Ou seja, as teorias da comunicação eram de comando e controle. “Segundo essa teoria, os indivíduos (receptores) encontram-se em posição de desvantagem ante as emissões dos meios de comunicação que os conformam numa relação desigual, porque de submissão.” (BARBOSA FILHO, 2003, p.30).

Países como Alemanha e Inglaterra saíram na frente:

Os nazistas foram os primeiros que viram e depois desenvolveram o uso do rádio como meio de propaganda internacional, planejando o seu funcionamento como a ampliação da diplomacia ou, conforme opinião de Goebbels, virtualmente como um substituto da diplomacia (HALE, 1985, p. 192).

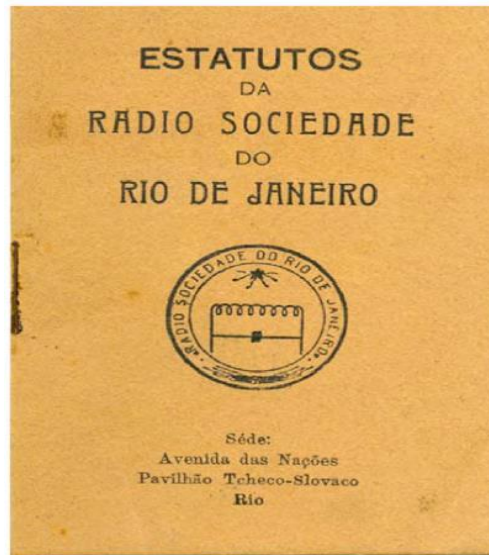
1.2 Rádio Sociedade – a primeira emissora oficial

Há registros de que, em abril de 1919, foi fundada a Rádio Clube de Pernambuco, fazendo com que sempre houvesse um questionamento dos pesquisadores do rádio, sobre qual foi realmente a primeira emissora do Brasil: se foi a Rádio Clube de Pernambuco ou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro.

Até que ponto pode se dar crédito ou não..., é difícil de definir. Aventa-se mesmo um engano de data, frequente em relatos orais de fatos ocorridos tempos antes. E há obviamente, os dados dando conta de irradiações anteriores de música e, possivelmente, de voz. Em que medida estas se posicionam, em termos mais contemporâneos, como radiotelefonia ou radioamadorismo também se constitui em tarefa das mais arriscadas. (FERRARETO, 2014, p. 17)

A Rádio Sociedade do Rio de Janeiro foi ao ar em 20 de abril de 1923, com o financiamento da Academia Brasileira de Ciências. A base de programação era principalmente palestras, conferências e aulas. Afinal o objetivo principal proposto por seu idealizador era que ela fosse uma ferramenta de educação (ROQUETTE-PINTO, 2008, p.54): “É certo que nós não fundamos a Rádio Sociedade para irradiar só o que o público deseja. Nós a fundamos para transmitir, principalmente, aquilo de que o nosso povo precisa”. As primeiras missões dos pioneiros do rádio eram: aperfeiçoar as transmissões, definir conteúdos e juntamente a isso, a elaboração dos conteúdos.

A Rádio Sociedade já chegava com sua primeira transmissão oficial, em 1º de maio de 1923, totalmente estruturada, respeitando as leis da época. Era também bem equipada e possuía suas Diretrizes internas e Estatuto Social a pedido de Roquette-Pinto.



Esse Estatuto era composto por um total de 20 artigos. Segundo Duarte (2008, p. 55) estes colocavam em pauta todos os requisitos básicos para a permanência da rádio em perfeito estado de transmissão, prestação de contas, assembleias, alterações no Estatuto, se necessário, e até mesmo a possível falência da mesma. Caso isso ocorresse, todos os equipamentos seriam entregues para o Governo. Nesse Estatuto fica claro que a Rádio Sociedade era mantida apenas por sócios, o que justifica seu nome de Sociedade:

Artº. 4 A Rádio Sociedade é constituída por sócios effectivos e associados.

1º - São sócios effectivos os fundadores que assignaram os primeiros Estatutos e aquelles cuja proposta feita por sócio effectivo já empossado tenha sido aprovada em votação secreta pelo Conselho Director.

2º - Os sócios effectivos entrarão com uma quantia de cem mil réis (100\$000) para o fundo de reserva, a título de joia e contribuição mensalmente com a quantia de cinco mil réis (5\$).

3º - São associadas as pessoas idôneas a juízo de Conselho Director, que desejarem fazer parte da Radio Sociedade e pagarem mensalmente a quota de que trata o artigo 4, paragrapho 2.¹⁰

Com base no parágrafo 2º é possível compreender também que Roquette-Pinto receava que, em algum momento, a rádio parasse de funcionar por falta de recursos, pois para que

¹⁰Revista Electron, ANNO I, NUM 7. <[http://www.fiocruz.br/radiosociedade/media/Electron_1\(07\).pdf](http://www.fiocruz.br/radiosociedade/media/Electron_1(07).pdf)>, acesso em 28 de novembro de 2015.

alguém se tornasse sócio, era necessário uma espécie de “entrada” com um valor vinte vezes maior do que o que seria pago mensalmente. Esse valor entregue como entrada seria útil em um determinado momento em que o sócio não tivesse condições de arcar com as mensalidades. Isto representava um tipo de caução. No Artº. 15 decidiu-se que a rádio sempre teria à disposição de seus associados os dados da situação financeira da mesma, o que mostrava sua transparência.

1.2.1 A Programação da Rádio Sociedade

A programação da Rádio Sociedade era divulgada previamente na revista *Electron*¹¹. O jornal do meio-dia era um programa fixo na emissora, mas os temas mudavam conforme os acontecimentos do dia-a-dia da população. Apenas alguns informes eram fixos, como o caso da abertura das bolsas do algodão, açúcar e café, e o câmbio do Banco do Brasil.

Esses informativos em que se noticiavam dados de bolsas nos levam a confirmar que o público-alvo da Rádio Sociedade eram os empresários e não a classe pobre, que não tinha acesso à educação, e dificilmente se interessaria pela cotação da bolsa. Ou seja, havia dois tipos de público: este último e aqueles que pagavam pela informação e custeavam a rádio de várias cidades do Brasil. Como “pagamento da informação” esta era repassada para os que não conheciam a economia do país. Eles desembolsavam uma quantia de cinco mil réis (5\$) e, em troca, ouviam os dados do mercado financeiro fornecidos diariamente para que pudessem efetuar suas transações comerciais com maior segurança. Isso demonstra a fidelidade de Roquette-Pinto a seus “sócios”, que também eram os patrocinadores da rádio. Mas havia outros programas variados sobre saúde, agronegócio, história, aulas de ciência, língua inglesa, programas infantis etc., além de músicas clássicas:

A Rádio Sociedade foi à primeira estação da América do Sul a irradiar uma ópera completa, a apresentar um programa de teatrinho infantil e tocar jazz com regularidade. Recebeu visitantes ilustres de todas as partes do país e até do estrangeiro, entre os quais vale ressaltar as presenças de Albert Einstein e Mary Curie, comprovando um dinâmico intercâmbio nas áreas das ciências e da cultura em geral (DUARTE, 2009, p. 13).

¹¹“Em 1926, a Rádio Sociedade lançou uma nova revista, a *Electron*– “Publicação de Rádio Cultura distribuída aos sócios da RSRJ e mantida exclusivamente pelos seus anunciantes e leitores”. Tinha 16 páginas e tiragem quinzenal de cerca de três mil exemplares. Era mantida por anunciantes e distribuída aos sócios. A *Electron* veiculava a programação detalhada da Rádio Sociedade, o resumo de cursos e palestras irradiados, notas sobre artistas e cantores, novas estações transmissoras e temas técnicos de radiotelefonia. Publicava também artigos de interesse da comunidade científica, tais como: a homenagem feita a Madame Curie na Academia Brasileira de Ciência e a viagem de Morize à Europa.”

<<http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61>>. Acesso em 19 de outubro de 2015.

Segundo Calabre (2003, p. 2), em seu início, na década de 1920, o rádio não atingia grande parte da população, pois os valores desses aparelhos fabricados eram altos em relação ao salário pago na época, tornando-os quase inacessíveis para essa classe social.¹² Porém na década seguinte, o rádio já começava a se tornar um aparelho mais popular. A autora salienta que as famílias tinham o hábito de se reunirem durante o jantar para ouvir o rádio e comentar sobre as notícias do dia.

Desde o período pós-guerra até a década de 1960, o objetivo da Rádio MEC no Brasil era o mesmo que a BBC da Inglaterra: transmitir uma programação cultural e educativa. Sempre houve uma preocupação de Roquette-Pinto sobre a melhor forma de se abordar os diversos assuntos na rádio, como temas polêmicos, por exemplo: sexo, drogas e religião que, na época, eram considerados tabus.

1.2.1.1 Programação Musical

“Clássica ou popular? O debate sobre as preferências musicais provocava manifestações acaloradas entre os ouvintes da rádio.”¹³ A grande maioria das canções eruditas eram tocadas no estúdio da Rádio Sociedade, onde havia uma orquestra justamente com esta finalidade. E não demorou muito para que, a pedidos, a música popular começasse a ganhar seu espaço na grade de programação, incluindo Samba, Marcha, Maxixe, Tango, Valsa, Foxtrote... Essa rápida inserção da música popular ocorreu devido às reclamações dos ouvintes descontentes com a música erudita e que já faziam críticas aos músicos que compunham a orquestra da emissora.

1.3 O rádio em São Paulo

Em São Paulo o rádio iniciou suas transmissões para deixar mais um momento histórico no país, o começo da expansão. A primeira emissora de rádio que chegou ao Estado foi a Sociedade Rádio Educadora Paulista. “um meio de comunicação voltado principalmente para a transmissão de educação e cultura.” (MOREIRA, 1991, 16-17). Nos mesmos moldes surgiram outras rádios, como a Rádio Bandeirantes, Rádio Club de São Paulo, Sociedade Rádio Cruzeiro do Sul, Record etc. (TOTA, 1990, p. 15-59). O rádio que chegava a São Paulo

¹²De acordo com Tota (1997, p. 87): “Em São Paulo (que oferecia os maiores salários do país), um aparelho de rádio custava em torno de 80\$000 e o salário médio de uma família de trabalhadores era de 500\$000 por mês.”

¹³Rádio Sociedade: a primeira emissora de ciência no Brasil. Disponível em:

<<http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=40>>. Acesso em 30 de novembro de 2015.

era “O rádio numa metrópole”, assim como bem menciona Tota (1990, p. 13), em seu primeiro capítulo.

Esse meio de comunicação servia à burguesia, dona dos meios de produção, em especial a oligarquia cafeeira que conseguiu seduzir a população em geral nos anos 1930 para a marcha contra Vargas.

A mensagem era clara: todos os paulistas numa mesma trincheira na luta contra o ‘despotismo’ anticonstituinte de Getúlio... A Locomotiva São Paulo queria arrastar os vagões atrasados da União para uma guerra. O veículo de apelo foi o rádio... A rebelião paulista de 1932 teve como base a luta contra o centralismo do governo provisório de Getúlio Vargas. (TOTA, ORTRIWANO, 1990, p. 15-16).

Chegava o momento, em 1932, que o rádio deixava de ser elitizado e se tornava popular, como veremos mais adiante.

1.4 Mudanças no ar

Da década de 1930 em diante, o rádio se torna um instrumento de comunicação mais interessante e profissional. Foi quando surgiu o primeiro *jingle*¹⁴ publicitário. Desde então houve queda nos preços dos equipamentos, o que tornaria o rádio mais popular. Ortriwano (1985, p. 21) lembra que o veículo começava a trilhar novos rumos, pois passava a ser usado como uma ferramenta comercial, onde os "Clubes" e "Sociedades" deixavam de ser a prioridade. Os serviços de radiodifusão eram regulamentados, através do Decreto n 20.047, de maio de 1931. No mês de março de 1932, com o Decreto-Lei nº 21.111, a propaganda comercial era regularizada pelo Governo de Getúlio Vargas (Governo Provisório 1930 – 1934). A publicidade era permitida com algumas limitações: inicialmente, ela não ultrapassaria os 10% da programação, depois foi decretado que não poderia exceder os 25%, o que significava uma média de 6 horas diárias permitida para anúncios. Essa porcentagem é mantida até os dias de hoje.

A regulamentação da publicidade no rádio veio para impulsionar o mercado, fazendo com que os produtos nacionais ganhassem destaque dentro das programações. Entre os produtos anunciados, estavam; o *Sabonete Tabarra*, *Leite de Colônia*, *Produtos Fátima* e *Cigarros Castelões*. “Ainda nos anos 1930 havia o patrocínio exclusivo de programas por X empresa, como foi o caso do “Programa Sul América”, patrocinado pela fábrica de conservas

¹⁴ “Seu padeiro não esqueça, tenha sempre na lembrança: o melhor pão é o da Padaria Bragança.” (MOREIRA, 1991, p. 23) esse foi o primeiro *jingle* de rádio no Brasil.

Sul América, que era levado ao ar ao meio-dia” (MOREIRA, 1991, p. 23). A partir de então, o rádio passa a ser o meio totalmente desejado pelos empresários e novos anunciantes que queriam divulgar seus nomes, marcas e produtos (MOREIRA, 1991, p. 24).

O rádio começa a sofrer alterações nos anos 1930, e essas mudanças passam a ser radicais, pois ele se transforma em um instrumento comercial. A publicidade, legalizada em 1932, demonstra a preocupação do Governo com esse meio de comunicação. O rádio deixava de ser erudito, educativo, para tornar-se um veículo “popular”, servindo para momentos de lazer e diversão.

O comércio e a indústria forçam os programadores a mudar de linha: para atingir o público, os “reclames” não podiam interromper concertos, mas passam a pontilhar entre execuções de música popular, horários humorísticos e outras atrações que foram surgindo e passam a dominar a programação. (ORTRIWANO, 1985, p. 15)

A publicidade transforma o rádio amador em profissional: é o momento em que as emissoras passam a se organizar como empresas. Os objetivos educacionais dão lugar ao desenvolvimento técnico e a popularidade da emissora. É o início do rádio mercantil. Fatores como a necessidade da exposição dos produtos industriais para a nação foram importantes para o fortalecimento do rádio comercial, fazendo com que se expandisse nas décadas de 1930 e 1940. “Os empresários começam a perceber que o rádio é muito mais eficiente para divulgar seus produtos do que os veículos impressos, inclusive devido ao grande número de analfabetos.” (ORTRIWANO, 1985, p. 16). É o momento em que os funcionários das emissoras passam a ter maior visibilidade dentro do mercado e começam a ter mais ritmo de trabalho, deixando de serem apenas “programistas” para tornarem-se também produtores, redatores, apresentadores... Foi necessário contratar profissionais para áreas específicas. No caso da publicidade, era necessário que essas mensagens tivessem apelos emotivos para convencer o público e garantir a venda dos produtos anunciados. Nesse período há a reformulação estrutural. O rádio então deixa de lado qualquer improvisado e se torna profissional, passando a ser visto pelos novos empresários como fonte de lucro, fazendo com que houvesse uma ampliação constante no número de emissoras no país. Se entre 1930 e 1932, foram fundadas somente cinco emissoras, a partir de 1933 este número começa a acelerar de forma inesperada.

No período de 1932 a 1937 foram instaladas 42 novas estações de rádio que se somavam às 16 já existentes desde 1923, número que, acrescido de 3 sem informação de data de instalação e 2 em construção ou experiência, perfazia para o ano de 1937 um total de 63 estações, número que seria de 106 em

1944 e 111 em 1945. O número de radioreceptores registrados aumentou, durante o Estado Novo, de 375.921 aparelhos em 1939 para 659.762 aparelhos licenciados em 1942. (GARCIA, 1999, p. 126).

Isso demonstra um grande salto da década de 1930 para 1940. E o rádio começa a trilhar seus caminhos para uma futura Era de Ouro.

CAPÍTULO II – GETÚLIO VARGAS E O RÁDIO

2.1 Da Hora do Brasil à Voz do Brasil

Getúlio Vargas conseguiu olhar o rádio como um meio importante de divulgação de seu Governo e foi o responsável pelo estímulo à indústria nacional e importada. Em 1934, usaria “A Hora do Brasil”, hoje “A Voz do Brasil”, para conversar diretamente com o povo.

Monopolizada pelo Estado, adquiriu caráter compulsório em 1937, a transmissão do programa passou a ser obrigatória, em cadeia nacional de rádio, todos os dias úteis, das 18h45 às 19h30, em ondas médias e curtas; e das 19h30 às 19h45, somente em ondas curtas, momento em que todos se encontravam em suas residências. (PEROSA, 1995, p. 44)

Este programa, de difusão obrigatória, foi criado pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, antes DOP, no ano de 1931 e, em 1939, viria a tornar-se DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda).

Como os demais meios de comunicação, desde sempre, o rádio foi utilizado pelos políticos, tanto para a divulgação de seus feitos, através de mensagens publicitárias, como também para a censura, o que demonstra a aproximação entre mídia, política e poder. “É praticamente impossível pensarmos nos meios de comunicação de massa sem ligá-los imediatamente à política do governo em gestão.” (CARMONA; LEITE. 1981. p. 124). Em março de 1937, Getúlio Vargas falava, com orgulho, sobre a expansão no número das estações de rádios no país:

O governo da União procurará entender a propósito, com os Estados e municípios, de modo que, mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados rádios receptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo e nem de idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda a sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação. A iniciativa mais se recomenda quando consideramos o fato de não existir no Brasil imprensa de divulgação nacional. São diversas e distantes [z]onas do interior e a maioria delas dispões de imprensa própria, veiculando apenas as notícias de caráter regional. À radiotelefonía está reservado o papel de interessar todos por tudo quanto se passa no Brasil. (CABRAL, apud CARMONA, LEITE, p. 128)

Por essa mensagem presidencial, entende-se o objetivo do Governo em chegar aos locais mais isolados, o que demonstra sua preocupação em se fazer presente junto à grande massa populacional, quando afirma que procura enfatizar as notícias dos interesses diversos da nação e se lembra dos informes úteis aos negócios para a vida comercial dos empresários. Fortalecendo a ideia do nacionalismo, quando critica o regionalismo, afirmando que as zonas

do interior possuem informativos somente regionais. E o rádio tinha o papel de despertar o interesse em todos sobre o que acontecia no país. Ou seja, ele queria que sua divulgação fosse para todos os públicos revelando, desse modo, o seu discurso populista.

2.2 O populismo de Vargas e a fundação do Ministério do Trabalho

O governo de Vargas, juntamente com seus políticos e associados foi o idealizador da estruturação do populismo no país. É o momento em que as massas populares e trabalhadores passam a ser visados por um presidente.

Para Melo (1981, p. 16), havia assim uma busca do significado político da comunicação nos processos de manipulação das massas em governos que buscam legitimação para projetos reformistas destinados a neutralizar a ascensão hegemônica das classes trabalhadoras. Enquanto o autor afirma que o populismo teria sido um projeto arquitetado por Vargas, Faro (1981) acredita que houve uma necessidade extrema dessa construção.

O populismo varguista não criou um Estado de bem-estar social, tampouco resolveu os problemas estruturais do país. O que ficou como recordação foi um governo cheio de contradições, que contava com uma economia repleta de trabalhadores descontentes. O que restou foi um grande contingente populacional iludido e à margem da sociedade, além da perpetuação da hegemonia burguesa. Mas certamente foi a personificação do líder com carisma, que tinha a seu favor o apoio popular a característica mais marcante. O regime varguista deixa como herança a eterna lembrança de suas conquistas para além da vida, e que figuraram na história. (RASOTO, 2009, p. 24)

Segundo Leopoldi (1999, p. 115), os anos 1930 trouxeram uma agenda de caráter política dentro do Estado, com intervenção reguladora do governo nacionalista, onde seu pensamento seria o desenvolvimento da nação a partir de forças sociais. Para o mesmo era necessário acreditar em um Estado forte.

Em 1930, o Brasil ajustou-se aos novos tempos, criando um desenho institucional para o Estado, que se foi tornando mais centralizado, mais intervencionista e regulador das atividades fundamentais da economia (café, indústria, comércio exterior, moeda, câmbio e dívida externa). (LEOPOLDI, 1999, p. 116)

Isso foi fundamental para que o Brasil ganhasse novos rumos, pois as políticas da macroeconomia formavam uma elite burocrática para a realização de trabalhos nas novas agências que foram surgindo ao longo da década de 1930, juntamente com os novos ministérios. Dentre eles o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, que foi fundado em novembro de 1930, tendo como primeiro titular Lindolfo Collor.

A criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em 26 de novembro de 1930, foi uma das primeiras iniciativas do governo revolucionário... o “ministério da Revolução” – como foi chamado por Lindolfo Collor... – surgiu para concretizar o projeto do novo regime de interferir sistematicamente no conflito entre capital e trabalho... Na montagem do ministério, Lindolfo Collor contou com a colaboração de elementos experientes no trato de questões trabalhistas... O empresário paulista Jorge Street, que se notabilizara por introduzir melhoramentos em suas fábricas em benefícios dos trabalhadores. (Ministério do Trabalho) ¹⁵

O Ministério do Trabalho já havia surgido no ano de 1918, com o Governo de Rodrigues Alves, através do Decreto 3.550 de 16 de outubro de 1918, sendo na época denominado Departamento Nacional do Trabalho. Permanece com essa designação até 1930, quando se transforma em Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. O primeiro ministro da pasta foi o Riograndense Lindolfo Collor, que ali permaneceu até 1932, sendo substituído por Joaquim Pedro Salgado Filho, que exerceu o cargo até julho de 1934. Logo em seguida, a pasta passa a ser comandada por Agamenon Magalhães, que permanece até o ano de 1937, quando se encerra o Governo Constitucional (1934- 1937). A partir de então, começa o Estado Novo e Valdemar Falcão assume a pasta até o ano de 1941. Alexandre Marcondes Filho foi o último ministro do Trabalho do Governo Vargas.

O que se nota é que Vargas escolhe uma pessoa com ligações diretas com as fábricas para o Ministério, para que ele - Marcondes Filho - com seu conhecimento pudesse alavancar a industrialização do país o quanto antes. Marcondes era um político astucioso que tinha um papel estratégico a desempenhar. Ao mesmo tempo em que colocava líderes de fábricas dentro do Ministério, continuava a obra de Lindolfo, que também havia trazido para perto do Estado as organizações sindicais. Seu argumento para os sindicatos era o de intermediar os conflitos entre empregados e patrões. Mas, na verdade, o governo queria mesmo era ter o controle sobre esses sindicatos.

Com o passar dos anos, o Governo Vargas foi afunilando seus objetivos para tratar de assuntos mais específicos, como era o caso das políticas agrícolas. O Ministério do Trabalho criou então comissões para tratar de assuntos do interesse da agricultura.

Dentre as arenas dinâmicas da nova burocracia técnica surgida nos anos 30, destacavam-se aquelas ligadas às áreas monetária, de comércio exterior, de planejamento e de políticas de infra-estrutura industrial. Novas agências foram ganhando poder e destaque na cena econômica, como o Conselho Federal do Comércio Exterior (criado em 1934), o Conselho Nacional do Petróleo (1938), o Conselho de Águas e Energia (1939)...

¹⁵ <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>

Ao reorientar o modelo econômico brasileiro, o governo Vargas favoreceu o crescimento do setor produtivo e de serviços nas áreas urbanas. Assim, indústria, bancos e seguros iriam crescer, a partir de 1930, sob a proteção de um Estado intervencionista, regulador, nacionalista e desenvolvimentista. (LEOPOLDI, 1999, p. 116 - 118)

2.3 O aceleramento da industrialização

A história econômica do país passava a disparar sem receios, graças à política de proteção as grandes indústrias dadas pelo Governo Vargas nos anos 1930. Para Leopoldi (1999, p. 121) a proteção do Estado perante a indústria não seria uma proteção voluntária, mas sim uma resposta referente aos problemas internacionais, pois havia a necessidade de mostrar a cultura nacionalista-desenvolvimentista. Essa cultura seria responsável pelo regulamento da crise e também pela expansão industrial, “entendida como objetivo estratégico, e não como alternativa conjuntural.” (LEOPOLDI, 1999, p. 121). Cimento e papel foram produtos primordiais para o crescimento do Brasil industrial na década de 1930, em meio a uma desvalorização da taxa de câmbio, que fazia com que as importações de manufaturados começassem a ficar estagnadas.

Taxa de crescimento anual da produção agrícola e industrial – Brasil, 1929-39¹⁶

	1920-29	1929-33	1933-39
Produção agrícola	4,1	2,4	2,0
Produção industrial	2,8	1,3	11,3

Para Haussen (1991, p. 22) muitas medidas de Vargas foram responsáveis pela aceleração do processo de industrialização, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda, ocorrido em abril de 1941, e a criação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943 “sintetizando a política trabalhista implementada desde o início da década de 30” (HAUSSEN, 1991, p. 22).

¹⁶Conforme o quadro apresentado acima, a produção industrial cresceu 10% em seis anos, entre 1933 e 1939.

Vargas chegava então com o intuito de amparar os trabalhadores, a classe mais pobre, que representava a maioria da população, sendo considerado “Pai dos Pobres”, também conhecido na época como “defensor dos marmiteiros” (LEVINE, 2001, p. 147).

Quase desde a primeira aparição pública de Vargas, milhões desses homens e mulheres o reverenciaram como uma figura paterna... Camponeses sem-terra tradicionalmente escolhiam figuras importantes como padrinhos para seus filhos recém-nascidos – no interior do Nordeste, no final do século XIX, por exemplo, consta no registro de batismos das paróquias que a Virgem Maria era madrinha de milhares de meninas pequenas, que tinham por padrinhos as figuras nordestinas carismáticas de Antonio Conselheiro e Padre Cícero... Do mesmo modo, Getúlio Vargas, o primeiro político do país a chegar a todos os brasileiros, torna-se o “padrinho” do país. Para as pessoas do povo, Getúlio era acessível, todo-poderoso, alguém a quem deviam lealdade e que intercederia por elas, se disso se provassem merecedoras. (LEVINE, 2001, p. 149-150)

Essa classe que buscava uma vida mais digna, sempre esteve presente no dia-a-dia do rádio, o que reforça o vínculo de Vargas com os trabalhadores.

O seu grande legado foi ter recorrido às estratégias já utilizadas na Itália e Alemanha quanto aos meios de comunicação¹⁷: controlar esses meios para chegar às massas e atingir, dessa forma, a eficiência total de sua comunicação com o povo. A esse respeito, Merton e Lazarsfeld (2000, p.125) usam o termo *Mass Media*¹⁸ que é a “propaganda com objetivos sociais”, ou seja, o governo quer atingir a todos sem que haja uma discriminação. Para estes autores (2000, p.125-127) existem três formas indispensáveis para que essa propaganda alcance seu objetivo final: *monopolização, canalização e a suplementação*. A monopolização para os autores é uma situação que só se pode ser objetivada/atingida quando não há oposição dentro dos meios de comunicação. Isso significa a ausência de uma contrapropaganda.

Essa contrapropaganda não teve tempo suficiente de existir no Brasil no governo de Vargas, pois uma de suas primeiras medidas dentro do Estado Novo foi à criação do DIP em dezembro de 1939. É preciso lembrar que o DIP foi uma reestruturação do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural que surgiu em 1934, após a extinção do DOP - Departamento Oficial de Propaganda, uma das primeiras criações da Revolução de 1930.¹⁹

¹⁷ Esse controle também era exercido sobre sindicatos e partidos.

¹⁸ O termo *Mass Media* segundo Merton e Lazarsfeld, são os veículos de propaganda, um termo bastante usado nos EUA.

¹⁹ A Revolução de 30 se deu por uma insatisfação do resultado das eleições daquele ano. Julio Prestes foi lançado candidato à presidente com o apoio de Washington Luis, último presidente da República Velha (1889-1930). Getúlio Vargas, candidato da oposição, não se deu por satisfeito com o resultado das eleições fraudulentas: “a escolha do então presidente de São Paulo, Júlio Prestes... espalha um rastilho de pólvora que implode o bloco oligárquico... O candidato governista vence as eleições com 1,1 milhão de votos, contra os 737 mil da oposição.” (FERRARETO, 2002 p. 69-70). Esse resultado foi o suficiente para que houvesse o início da

Esse departamento era responsável também pela elaboração e distribuição das campanhas de publicidade em celebração às datas nacionais.

Em 1935, Filinto Muller, Chefe da Polícia da Capital, organizou, anexo a seu gabinete, um serviço encarregado de orientar campanhas, através de diversos meios de propaganda, para combater os “extremismos” e as “ideologias subversivas.” (GARCIA, 1999, p. 140 – 141). O DIP teve fim em 1945 junto com a Era Vargas.

Para Faro (1981) não somente a estrutura em que o DIP foi montado como também todo o conteúdo que fazia parte das ações que eram desenvolvidas tinham como objetivo colocar máscaras nos conflitos, levando em conta a propaganda de que existia uma unanimidade que estava apoiando o governo.

60 por cento das matérias dos jornais, por exemplo, eram previamente fornecidos pelo DIP através da Agência Nacional. O próprio ato de sua criação diz que suas atividades eram “fazer censura ao teatro, cinema, radiodifusão, imprensa, além de censurar, organizar, patrocinar festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turísticas”, matérias de colaboradores anônimos eram publicadas em jornais de todo o país, censores nomeados para cada jornal, um Conselho Nacional de Imprensa cuja composição era praticamente formada por elementos indicados pelo próprio Estado. A revista *Cultura política*, dirigida à intelectualidade, a *Hora do Brasil* marcando o compasso diário das mensagens governamentais. (FARO, 1981, p. 88)

O Estado Novo foi a última fase do primeiro período do Governo de Getúlio Dornelles Vargas: esse primeiro período ficou marcado pelo Governo Provisório que foi de 1930 a 1934, e seguido da Assembleia Nacional Constituinte até 1937. Para Pandolfi (1999, p. 9), o Estado Novo, em 1937, foi a aplicação de um golpe que já vinha se arrastando desde 1930 com a chegada de Vargas ao poder através do uso de armas. Segundo a autora, os paulistas, já o consideravam um Governo autoritário.

Em 1932, em São Paulo, em armas, rebelou-se contra o governo central, exigindo o fim do regime ditatorial. Derrotados militarmente, os paulistas tiveram ganhos políticos. Em junho de 1934, parlamentares escolhidos pelo voto direto promulgaram uma constituição e elegeram o então chefe do governo provisório - Getúlio Vargas - para a presidência da República... De acordo com as regras do jogo, o mandato presidencial teria a duração de quatro anos, não sendo possível a reeleição. Ou seja, em 1938, Getúlio Vargas teria que sair da presidência... A escalada repressiva iniciada em 1935 teve como desfecho o golpe de 10 de novembro de 1937, que deu origem ao Estado Novo. Naquele dia, alegando que a Constituição promulgada em 1934 estava “antedatada em relação ao espírito do tempo”, Vargas apresentou à Nação nova carta constitucional, baseada na centralização política, no

chamada Revolução de 30, a partir de 03 de outubro, um mês depois que Vargas assumiu o poder, colocando fim à Primeira República e iniciando a Era Vargas (1930-1945).

intervencionismo estatal e num modelo antiliberal de organização da sociedade. (PANDOLFI, 1999, p. 9 - 10).

Sempre atento à importância do rádio, foi através dele que Vargas fez o anúncio do Estado Novo e a Constituição de 37, temendo a ação dos comunistas.

Com base em Levine (2001) a única saída para Vargas no momento seria o golpe, assim ele permaneceria na presidência por um prazo maior, além daquele que estava prestes a ser encerrado em alguns meses. Dessa forma ele conseguiria remontar o governo conforme sua vontade. Assim iniciou-se a ditadura Vargas:

Gélido ou não, Vargas orquestrou com maestria os acontecimentos mediante os quais o Estado Novo se impôs. Conseguiu o apoio do comando militar e assegurou aos jornalistas, em especial aos correspondentes estrangeiros que transmitiam notícias do Brasil, que estava tudo sob controle. As eleições presidenciais foram canceladas sem a menor cerimônia, e a constituição de 1934 foi revogada em favor de um novo documento, escrito pelo jurista ultraconservador Francisco Campos. (LEVINE, 2001, p. 82).

Para Villa (2001) essa constituição foi uma carta de ditadura, já que ela tirava os direitos dos menos ouvidos e garantia os poderes para o Chefe de Estado, assim bem como a sua base veio de modelos de estados ditatoriais como Polônia, Alemanha e juntamente a Itália, essa influência gerou até mesmo o apelido de carta “polaca”. Durante a ditadura Vargas, os governadores de estado eram pessoas com relações muito próximas a Vargas, esses eram chamados de interventores, sua nomeação se dava através da ordem do presidente. Essa nomeação custava obediência a Vargas, pois sempre que um interventor contrariava o governo ele era exonerado do cargo.

Sob o *slogan* do “nascimento de uma nova nação” e com o auxílio das Forças Armadas, Vargas instaurou a ditadura colocando fim a nossa breve e turbulenta experiência democrática de 1934-1937, traindo assim os ideais da “revolução” de 1930... O golpe de novembro de 1937 representou o verdadeiro repúdio ao liberalismo político e econômico, consumado com o fechamento do Congresso Nacional, a extinção dos partidos políticos, das eleições e das garantias individuais... Assim se consagrou o ditador. (CARNEIRO, 2014, p. 25)

A aprovação dos conteúdos que seriam veiculados, tanto em rádios quanto em jornais, era pensada nos mínimos detalhes. A emissora elaborava previamente o programa e enviava à censura no Rio de Janeiro e nas suas representações nos Estados para o exame e o visto. Daí se tira logo uma lição: a censura de matérias contra o governo era total, tendo desaparecido toda e qualquer oposição. Abrangia todos os casos, dos discursos aos programas de estúdio, como era na época a radionovela...

“O artigo 123 do mesmo diploma era o capítulo das penalidades, abrangendo estas penas em dinheiro e proibições do programa ou da própria emissora recalcitrante”. (HAUSSEN, 1997, p 27-8).

2.4 A oposição paulista contra Vargas

Contra o governo Vargas os primeiros protestos foram incentivados pelo rádio. Este meio de comunicação foi tomado pela oligarquia paulista com o objetivo de incentivar o povo a ir às ruas lutar contra as medidas getulistas, que eram consideradas impopulares. Entre suas principais medidas dentro do Estado Novo, Vargas tornou legal a censura aos meios de comunicação²⁰ através do artº 122 da Constituição de 37.

A oligarquia paulista soube usar o rádio como um meio de defesa em prol da causa paulista, que seria tirar Getúlio Vargas do poder. Uma classe que foi prejudicada com a nova ordem política de Vargas e que queria se manter firme e forte à frente de São Paulo, independente a qualquer preço. Em março de 1932, a classe operária - que somava mais de 100 mil trabalhadores -, entrava em greve, pois exigia melhores condições de vida. É a partir de então que o rádio deixa de ser um produto de luxo da elite e passa a se tornar um instrumento de comunicação popular, transformando-se em um meio de comunicação de massa, tendo São Paulo como um ponto problemático para a unidade nacional (TOTA, 1990, p.79).

O movimento mais forte contra Vargas foi a Revolução de 32²¹, conhecida também como rebelião paulista. Um dos motivos dessa Revolução foi a demora de Vargas em convocar uma Assembleia Constituinte. A necessidade de se convocar uma Assembleia se dava devido a grande irritação dos paulistas com as manobras políticas que vinham sendo executadas por Vargas desde 1930. Para Tota (1990, p. 86), a criação de uma comissão que tomaria conta de um projeto da nova Constituição deixou os paulistas ainda mais irritados com seu Governo.

²⁰ “Com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a censura prévia da imprensa, do teatro, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação” Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em 30 setembro de 2016.

²¹ Na noite de sábado do dia 9 de julho de 1932, a cidade foi surpreendida pelo início da sublevação que empurrou São Paulo e o país para uma realidade de guerra que durou três meses. Decidida numa casa do elegante bairro de Higienópolis, a sedição foi antecipada para a noite daquele dia. A direção militar, nas mãos do general Bertoldo Klinger, que viria do Mato Grosso, do conhecido Isidoro Dias Lopes e de coronel Euclides Figueiredo, tomou providências sintomáticas: a ocupação militar dos principais meios de comunicação. (TOTA, 1990, p. 89)

Os empresários do rádio se colocavam contra o governo no sentido de que viviam em defesa da livre iniciativa e se sentiram ofendidos com a imposição da transmissão da “Hora Nacional” por Vargas.

Ainda que as estações de rádio da cidade não tivessem noticiado “intensamente” o movimento revolucionário, a importância do rádio parece ter sido tamanha, a ponto de Lamartine Babo incorporar a palavra em um sucesso do carnaval de 1931. A metalinguagem estava presente na canção *GE-GE*, que podia ser ouvida pelas estações de rádio:

Só mesmo com Revolução
Graças ao rádio e ao parabelo
Vamos ter transformação
Neste Brasil Verde e Amarelo
G-E = GE
T-U = TU
L= LI-O
GETÚLIO (...)

A relação é clara na letra da canção de Lamartine. A Revolução só seria possível com o emprego de duas armas: em primeiro lugar o rádio, como arma de convencer pela palavra, e depois o revólver (parabelo), como arma para forçar os que não foram convencidos pela palavra. (TOTA, 1990, p. 70).

Na tentativa de conter os ânimos dos paulistas, Vargas enviou Oswaldo de Aranha para negociar com o povo, esse que foi um dos líderes do movimento de 1930.

Segundo Haussen (1997, p. 14-19), a crise de 1929 colocou fim à prosperidade mundial que se seguia desde a reconstrução da Grande Guerra (1914-1918). Para Skidmore (apud HAUSSEN, 1997, p. 15) a industrialização era a grande saída para o Brasil na época: “a depressão demonstrou que o Brasil não poderia escolher senão a industrialização se quisesse se transformar em uma nação moderna e numa potência mundial.”

A Frente Única lançou, no dia 22 de maio de 1932, um manifesto pelo rádio conclamando a população a sair às ruas em sinal de protesto contra a presença do emissário governamental. A Associação Comercial ordenou que todas as lojas fechassem as portas para que seus funcionários engrossassem as fileiras dos manifestantes. A missão Oswaldo Aranha fracassara.

Na manhã de 23 de maio de 1932, o rádio passou a fazer parte do importante arsenal que a oligarquia paulista acumulava na luta contra Getúlio Vargas. Paulo Carvalho chega a descrever como foi o envolvimento da Rádio Record na primeira declaração do movimento que ainda não tinha sido desencadeado. (TOTA, 1990, p. 86)

As rádios paulistas se transformaram em porta-vozes dos comandos militares e políticos. A Rádio Record foi a principal emissora a convidar a população a lutar contra o Governo de Getúlio Vargas. Por vezes, conclamava o povo a ir às ruas lutar para serem livres das tiranias. Ela foi um dos principais transmissores do Governo Paulista, na época, Pedro Toledo. “O sentido do rádio foi de imediato, captado tanto pelos que se rebelaram em armas como pelo governo de Getúlio Vargas” (TOTA, 1990).

A veiculação da “Hora do Brasil” gerou revolta entre os proprietários de rádios de São Paulo:

Após longos debates foi aprovada a seguinte resolução assignada por todos os diretores de sociedades de rádio: Os abaixo assignados diretores das estações de rádio de S. Paulo, comprometem-se a não irradiar hoje o programma que o governo federal se proproz a enviar a S. Paulo por intermédio do Radio Club do Brasil. (*A Batalha, 1934, p.1*)

Outro exemplo é o da Federação Paulista das Sociedades de Rádio, fundada em 1934, que se recusou a transmitir a “Hora do Brasil”.

Tem despertado os mais vivo comentários a recusa formal das sociedades radio-difusoras paulistas de se sujeitarem á determinação oficial, transmitindo diariamente o chamado “programa nacional”. Ao que estamos informados, o governo federal pretende resolver a questão, entrando em entendimento amistoso com o governo estadual por ocasião da próxima vinda ao Rio ao interventor Armando de Salles, ficando assim adiada a sua solução. (*Diário da Noite, 1934, p. 26*).

Getúlio Vargas atuou na contramão dos demais países, pois conforme Hale (1985, p. 194) ele foi um político cuja vontade era de que o rádio alcançasse a maioria absoluta da população, conforme citação a seguir.

A função especial da rádio é penetrar inclusive onde não a querem. Os primeiros setes países transmissores mundiais, desde os Estados Unidos à Albânia, se preocuparam primordialmente em chegar a públicos cujos governos desejariam que não fossem alcançados. (HALE, 1985. p.194)

CAPÍTULO III – O MINISTRO DO TRABALHO NO RÁDIO E A FORÇA DA PERSUASÃO

3.1 Do Ministério do Trabalho para o rádio

Alexandre Marcondes Filho, desde sua juventude, esteve envolvido no mundo político. Foi deputado federal pelo PRP – Partido Republicano Paulista, entre 1927-1929, sendo reeleito no ano seguinte, na mesma eleição em que Júlio Prestes derrotou Getúlio Vargas. Marcondes começava a mostrar seu poder de persuasão logo após o resultado das urnas, perante o levante armado que se encaminhava contra o governo eleito. Ele fez um pronunciamento na Câmara para que houvesse o reconhecimento das eleições daquele ano. Mas isso não foi o bastante para a revolução não acontecer. Passada a revolução com a chegada de Vargas ao poder, Marcondes deixa a vida política de lado, retornando a ela somente no ano de 1937, já sob o signo do Estado Novo.

A convite de Vargas assumiu a vice-presidência do Departamento Administrativo do Estado de São Paulo (DAESP). Contudo, em 1941, o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio da época, Valdemar Falcão, precisou deixar o cargo, tendo em vista que a maioria das indústrias brasileiras se encontravam no Estado de São Paulo e Vargas convidou Marcondes Filho para assumir a pasta. Ele também assumiu a pasta da justiça durante os últimos anos do Governo Vargas.

Por decreto assinado pelo Sr. Getúlio Vargas, foi nomeado para ocupar a pasta do Trabalho, Indústria e Comércio o Sr. Alexandre Marcondes Filho. A escolha do presidente causou magnífica impressão em todo o país, pois recaiu numa das figuras mais representativas da nova mentalidade política brasileira. Grande advogado, parlamentar, notável, orador e jornalista, Marcondes Filho conhece a fundo os problemas que enfrentará no seu novo posto, e nele prestará excelentes serviços ao regime a nação. (*A Manhã*, 1941, p. 03)

Em 1942, Marcondes regulamentou o decreto que criou o imposto sindical, pelo qual o trabalhador paga anualmente um dia de seu salário.

O Ministro era considerado o “novo” segundo o Jornal (estadista) impresso da época *A Manhã*. Em uma coluna que dava destaque à sua posse, vários adjetivos foram empregados para referir-se à sua pessoa: novas ideias, agilidade de ideias, pessoa instantânea, político experiente, pessoa de boa oratória. Ele era alguém que estava diretamente ligado à indústria paulista. “O novo ministro do Trabalho vem desse centro de operosidade Vem dessa

paizagem trepidante, multicolorida, que é S. Paulo em função de trabalhar.” (A Manhã, 1941, p. 04).

Sua nomeação como Ministro do Trabalho foi bem recebida pelos sindicatos paulistas, dentre eles, o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Carros Urbanos de São Paulo, o prefeito de Presidente Prudente, Domingos Leonardo Ceravolo, Sindicato dos Empregados em Padarias, Confeitarias, e Similares de Petrópolis, entre tantos outros que enviaram telegramas para Vargas, pela sua feliz escolha em nomear Marcondes Filho como titular da pasta do Trabalho. Acreditando na sequência do bom trabalho que já havia sido feito por antecessores.

O grande apoio que tinha das centrais de operários e sua boa oratória, resultado de suas conferências em grandes auditórios, foi seguramente o motivo de sua indicação para falar diretamente ao povo brasileiro através da “Hora do Brasil”:

O ministro Marcondes Filho pronunciou não uma “peça oratória”, como nos tempos da democracia aristocrática e anti-popular que enxovalhava o nome da democracia, mas sim uma palavra à altura do fenômeno democrático instituído por esse amigo do povo e das massas democráticas, que quebrou o falso ídolo dos casacas parlamentares, para mobilizar no impulso do trabalho organizado e da alegria de viver a alma do trabalhador nacional. Pois bem. O ministro Marcondes Filho com o senso dos operários da nação, o acervo de lutas fadigas que o colocam nos píncaros da coluna operária, do seu labor, acaba de situar, no seu discurso, o verdadeiro rumo da massa trabalhista, que o espera como guia de seus destinos e de braços inteiramente abertos ao seu patriótico programa. (A Manhã, 1942, p. 06)

Outra questão que também levava Marcondes Filho ao comando do microfone foi o fato dele não ter abandonado a mídia. Mesmo à frente da pasta do Ministério do Trabalho, ele sempre demonstrou sua proximidade com a imprensa, não aparentando, em nenhum momento, estar em nível acima de seus companheiros de classe:

O SR ALEXANRE MARCONDES FILHO não deixou as lutas da imprensa para distanciar-se dos seus companheiros e compor atitudes de superioridade. Continua homem de imprensa, crendo ainda no papel fundamental e construtivo que ela exerce na vida dos povos. O exemplo dignifica o ilustre paulista, demonstrando, ao mesmo tempo, a singularidade de sua inteligência. Essa é a impressão que nos ficou da leitura do telegrama que o ilustre titular da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio, acaba de enviar ao presidente da Associação Brasileira de Imprensa para agradecer por seu intermédio, a maneira altamente expressiva com que os jornais da metrópole acolheram a sua nomeação. O Sr. Marcondes Filho fixa magistralmente o papel da imprensa quando assinala, no telegrama em apreço, que ela, “pela sua cultura e patriotismo, é inexgotável manancial de idéias e representa um dos órgãos consultivos mais eficazes de que pode utilizar a Administração Pública para traçar rumos seguros”. Eis aí, sem dúvida, o melhor elogio que se poderia

fazer à imprensa. Gisou-o, com rara acuidade intelectual, um homem que, até bem poucos dias atrás, nela também exercia as suas atividades. E-nos particularmente grato o registo de um conceito que tanto enobrece e eleva a imprensa, o seu árduo papel na vida brasileira – árduo e vigilantemente patriótico (*A Manhã*, 1942, p.04).

Sua fidelidade à imprensa e sua boa oratória seriam os fatores responsáveis para que Lourival Fontes, Diretor Geral do DIP o indicasse para divulgar crônicas radiofônicas semanais para o Governo Vargas. A sua nova batalha no rádio tinha como missão manter o maior contato possível entre Governo e a classe trabalhadora.

A partir de hoje, a “Hora do Brasil” irradiará todas as quintas-feiras, uma crônica semanal do Ministério do Trabalho, conforme os entendimentos que tiveram o titular daquela pasta, sr. Marcondes Filho, e o diretor geral do Departamento de Imprensa e Propaganda, sr. Lourival Fontes. Versando assuntos e questões subordinadas àquela pasta, a crônica, além de informativa, será também, doutrinária, visando, principalmente orientar os interessados. Com essa iniciativa, o ministro Marcondes Filho, procura, na esfera de suas atribuições, efetivar o propósito tantas vezes demonstrado pelo presidente Getúlio Vargas, de manter o mais estreito contacto do governo com todas as classes. Inaugurando, hoje, a Crônica Semanal do Ministério do Trabalho, o sr, Marcondes Filho ocupará o microfone da “Hora do Brasil”, dirigindo uma saudação os trabalhadores. (*A Manhã*, 1942, p.06).

3.2 Os discursos do Ministro

Os discursos de Marcondes Filhos transmitidos pela Rádio Nacional no programa “A Hora do Brasil”, às quintas-feiras, com uma produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), tinham um tempo médio de dez minutos, e eram publicados na manhã seguinte no jornal oficial do Estado *A Manhã*²². Durante todo o tempo em que Marcondes esteve na pasta como Ministro (1942 - 1945) ele discursou mais de 200 palestras de variados temas (GOMES, 1988, p. 229). Essa seria então a primeira vez que um Ministro de Estado fazia política via ondas sonoras para a nação. Suas palestras levavam o título de “*Falando aos Trabalhadores Brasileiros*”. Dessa forma, Vargas, através de Marcondes, conseguia ter multidões ouvindo suas ideias (CAPELATO, 1999, p. 171). Como o Ministro era um orador do Estado, Vargas poderia conquistar o apoio da massa populacional em sua política de governo:

Tal iniciativa merece reflexão. Não porque se tratasse de experiência absolutamente inédita no campo da propaganda doutrinária ao tempo do Estado Novo. Vale recordar que o interventor Pernambuco Agamenon Magalhães escrevia artigos diários em seu jornal *A folha da Manhã*,

²² Vide Anexo

discutindo todos os temas políticos da conjuntura em linguagem simples e direta. Além disso, Cassiano Ricardo, editor do jornal *A Manhã* e diretor do Departamento Cultural da Rádio Nacional, irradiava diariamente um programa chamado “*Crônicas de interesse nacional*”. Estas crônicas eram geralmente transcritas no editorial de seu jornal, fixando bem o cuidado da propaganda oficial em combinar os meios de difusão escrita e falada. (GOMES, 1988, p. 229-230)

Seus discursos, que se iniciavam sempre com um sonoro “Boa noite, trabalhadores do Brasil” (GARCIA, 1999, p. 148), abordavam os mais variados temas, como: Sindicalização; Vargas e sua obra; Concursos e outras iniciativas do MTIC; O salário mínimo; A indústria e comércio no Brasil. Eram inúmeras palestras que enalteciam Vargas e tentavam deixar o Governo o mais próximo possível de seu povo. Todo esse material era pré-elaborado por homens que faziam parte do *staff* do ministério. Os mesmos que preparavam os novos decretos, e juntamente a isso faziam as reformas das leis. Dessa forma, essas pessoas indicavam temáticas para Marcondes que assim preparava e transmitia os discursos. Em caso de sua ausência do Rio de Janeiro as palestras eram interrompidas.

Gomes (1988, p. 232) afirma que, para o Ministro, essa foi uma iniciativa bem aceita pela população, tanto que, em 1945, o mesmo comentou que deixaria essa função com a sensação de dever cumprido.

Era a primeira vez no Brasil que uma autoridade do porte de um ministro de Estado se dirigia a tão grande público, usando sistematicamente, como instrumento divulgador da mensagem, o rádio. A divulgação pela imprensa ou outros meios de difusão (disco, por exemplo) das palestras de Marcondes funcionariam mais como um reforço ao canal de comunicação de maior penetração da época... É interessante examinar o esclarecimento dado pelo próprio Marcondes em um balanço que realizou no final do ano de 1942, por conseguinte após cerca de cinquenta palestras. Segundo ele, o programa semanal constituía uma experiência destinada a divulgar pelo processo mais rápido e amplo as medidas governamentais em matéria de legislação social... O rádio fora o meio considerado mais conveniente para a realização desta obra de esclarecimento dos trabalhadores de norte a sul do país. (GOMES, 1988, p. 230-1)

Na obra de Garcia (1999), encontramos elementos que indicam a relação intrínseca do governo Vargas daquele período com o rádio e como eles revelam a propaganda doutrinária e o controle ideológico, uma vez que “o Estado monopolizava todos os meios de produção e difusão de ideias” (1999, p. 138). Nos meios de propriedade particular era mantido o controle indireto:

O conjunto de mensagens deveria fornecer uma visão da sociedade brasileira e do regime implantado que legitimasse as decisões tomadas, os objetivos

propostos e, apresentando perspectivas futuras favoráveis a todos, justificasse a adesão e participação ativa das classes subalternas (GARCIA, 1999, p. 106).

O objetivo era o de “Incutir, na mente dos trabalhadores, a ideologia oficial do regime [sendo que] o eixo de toda propaganda estado novista era constituído pela palavra falada” (GARCIA, 1999, p. 148-5).

Garcia discorre também sobre a forma de autopromoção do ditador (1999, p. 129-30) que incluía, além de fotos de aparições públicas, distribuição de balas e moedas em seus passeios a pé, discursos, biografias, literatura popular... Sendo ele um cidadão de pensamento e ação, o que culminou com o seu ingresso na Academia Brasileira de Letras no ano de 1941. Porém seu ingresso na Academia foi algo polêmico, pois Vargas não havia publicado nenhum livro.

Como salienta Garcia (1999, p. 173), “de 43 até 45, aumentaram progressivamente as manifestações e críticas ao governo” por parte de grupos contrários ao regime do Estado Novo.

Entre tantas mensagens divulgadas, escolhemos três delas para mostrar de que modo estes elementos mais significativos de propaganda política aparecem no texto. Tal escolha foi motivada pela aproximação dos temas tratados nestes discursos com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), sancionada em 1 de maio de 1943 pelo então presidente Getúlio Vargas. Os discursos levam o título de: *Rerum Novarum*, *Vida Sindical* e *Proletários Intelectuais*.

3.2.1 *Rerum Novarum*

A Encíclica *Rerum Novarum* foi publicada em 1891 pelo Papa Leão XIII com o objetivo de colocar a Igreja dentro das questões sociais que estavam ocorrendo após o efeito da Revolução Industrial (1760 – 1850). Na época do discurso estava celebrando o seu cinquentenário. Dentre os assuntos apontados pelo Papa estava à relação capital e trabalho, o trabalho da mulher, os direitos de propriedade e também a exploração do trabalho infantil.

A *Rerum Novarum* foi a primeira manifestação da Igreja em resposta às questões sociais. A partir daí elaborou-se a Doutrina Social da Igreja (DSI). Visto com ousadia da Igreja a partir dele partiram muitas outras reflexões no âmbito interno da Igreja sobre a injustiça social. (SENA, CRISTO, 2014, p. 412)

Ainda, conforme o jornal estadista *A Manhã*, edição de 16 de maio de 1942, esse discurso da *Rerum Novarum*, foi o mesmo que o Governo Vargas, na pessoa de Marcondes Filho, fez para o núncio apostólico brasileiro do Papa à época, Monsenhor Aloisio Masella.

Na oportunidade o Governo enviava medalhas de ouro em homenagem ao Papa Pio XII, como uma forma de celebração pelos 50 anos da *Rerum Novarum* publicada por Leão XIII.

Tomando por base as observações de Garcia, realizamos um levantamento das características fundamentais do discurso de propaganda, a fim de mostrar de que forma aparecem como elementos constitutivos dos discursos radiofônicos do Ministro.

Em primeiro lugar, Garcia (1999, p. 103) aponta para a exposição de ideias simplificadas e repetidas para memorização²³, a fim de que a maioria da população conseguisse absorver a mensagem com uma maior facilidade. As mensagens deveriam ser mais claras e objetivas possível. Sendo assim, a população conseguiria olhar para Vargas como um líder acessível e de fácil comunicação com o seu povo. Essas mensagens deveriam ser em linguagem acessível para que pudessem despertar o interesse dos ouvintes e mantê-los atentos aos feitos do Governo que eram anunciados no rádio.

A precariedade do ensino, praticamente reservado às elites, e o alto índice de analfabetismo eram fatores indicativos de que as ideias a serem propagadas deveriam ser bastante simplificadas e repetidas para despertarem atenção, serem entendidas e memorizadas. (GARCIA, 2002, p. 103).

Assim, destacamos nas mensagens de Marcondes Filho (2002, p. 101) algumas palavras repetidamente usadas no discurso *Rerum Novarum*, como “justiça”, associando a ela o governo de Getúlio Vargas e a forma como ele colocaria sua imagem de líder político responsável pela inserção da justiça dentro do país:

Na primeira, a figura de Leão XIII inspirador da Justiça social, no mundo moderno. Na segunda, a efígie de Getúlio Vargas, instaurador da Justiça social no Brasil. É, porque o pensamento sem a ação nada realiza, quando o espírito quer reformar o panorama da vida, devemos dizer que, nos serviços à causa dessa justiça em nossa terra, a glória das duas individualidades se equivalem. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 39).

Outro aspecto levantado por Garcia (1999) e que se associa a este, é a apresentação dos coronéis como homens bons, enaltecendo o coronelismo (e a obediência da população da zona rural) com a imagem de Vargas enquanto coronel protetor, paternalista sempre lembrado como o “pai dos pobres”.

“Nesse sistema o apoio, confiança e fidelidade aos ‘coronéis’ eram mantidos através da construção de sua imagem de homens bons, que defendiam os subordinados contra

²³ Uma das características da linguagem radiofônica é a repetição, em cada parágrafo, de palavras pronunciadas no parágrafo anterior.

inimigos, obtinham-lhes assistência, protegiam-nos nas adversidades.” (GARCIA, 1999, p. 104).

No discurso do ministro, encontramos:

Poder-se-á redigir, com os textos da Bula, o ementário da nossa legislação, mostrando que a serviço do interesse comum o Estado se fez a providencia dos trabalhadores, sem deixar de ser útil a todas as demais classes. Devemos esse monumento imperecível de civilização, que foi edificado neste último decênio e marca um novo estágio em nossa história, ao extraordinário senso de humanidade do insigne estadista que nos dirige e à índole sadia e capacidade plástica da nossa gente. (MARCONDES, 2002, p. 40)

Isso dava a Vargas a imagem enaltecida comparada à de um coronel, pois para os mais pobres ele era um homem bom que se preocupava e tinha em mente proteger seu povo, oferecendo assistências básicas. Esse foi um dos motivos que o colocaria como “justiçeiro” Pai dos Pobres (GARCIA, 1999, p. 112).

Garcia aponta também que as mensagens enunciadas por Marcondes Filho, enalteciam e estimulavam as pessoas a terem orgulho em pertencer à nação, sustentando o sentimento de patriotismo. “Difundiam-se inúmeras mensagens de cunho nacional patriótico de forma a enaltecer a nação e despertar, na população, o orgulho pela sua nacionalidade”. (GARCIA, 1999, p. 114 - 115).

Ao enviar as medalhas de honra ao pontífice pela celebração do cinquentenário da *Rerum Novarum*, Vargas fez questão de que elas levassem o mais puro ouro extraído do solo brasileiro, despertando no povo o orgulho nacionalista por nossas riquezas, sem distinção de classes...

No ouro em que as cinzelamos, não oferecemos, apenas o lavor de uma joia, que desejaríamos digna das coleções do Vaticano, mas, o metal ilustre que extraímos do imo do coração do solo brasileiro, para significar a profundidade dos nossos sentimentos. O pequeno escrínio que as encerra, foi talhado no tronco de um jacarandá vetusto, não só por ser a árvore mais nobre da nossa floresta, mas, sobretudo, a árvore que frondeja no chão sagrado do altar onde assistimos a primeira missa. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 39)

Esta ideia fortalece ainda mais o patriotismo de Vargas, faz referência ao escrínio, que carregava as joias guardadas, demonstrando que esse pequeno objeto foi montado com peças de madeiras de uma árvore típica brasileira, sendo para ele a mais nobre e ao mesmo tempo, também responsável por ter dado sombra ao lugar onde foi celebrada a primeira Missa no Brasil por Henrique de Coimbra, em 1500, relatada na Carta de Pero Vaz de Caminha.

Com essa referência mostra que o Brasil é um lugar de povos pacíficos, religiosos e que a discórdia não fazia parte do cotidiano, vindo ao encontro dos elementos destacados por Garcia (1999, p. 112). “O povo brasileiro era apresentado como ‘ordeiro’, tolerante por índole’, de ‘índole tradicionalmente pacífica’.”

Para Garcia (1999) o Estado estava “disposto” a atender as necessidades do povo e ao mesmo tempo deixar bem claro que seu pensamento vinha seguindo o que fora transmitido na mensagem da *Rerum Novarum*:

Quanto aos interesses a serem observados eram, basicamente, aqueles já manifestados nos diversos movimento e reivindicações havidas. Relativos a problemas e dificuldades de ordem econômica, os anseios fundamentais diziam respeito à diminuição do custo de vida, melhores salário, melhores condição de habitação, limitação da jornada de trabalho, assistência médica, proteção do trabalho das mulheres e crianças. (GARCIA, 1999, p. 105)

O discurso ainda fortalece o pensamento de que a execução da ideia por Vargas é a fortaleza para o pensamento da Igreja. Os feitos de Getúlio Vargas são apresentados de modo hiberbolizado (excessivo ou exagerado), como aponta Garcia (1999, p. 133): “O pensamento de Leão XIII é fruto, é fim, é consequência, é ideia, perdura no tempo. A ação de Getúlio Vargas é semente, é início, é alicerce, é força, age no espaço. Um conclui; outro aplica” (MARCONDES FILHO, 2002, p. 39).

Apresentada dessa forma, a *Rerum Novarum* era a base para a execução do direito social no país que estava submisso às ideias religiosas, dentre elas, as que faziam referência aos direitos trabalhistas. Mais uma vez Vargas reafirmava que o Estado seria o executor do pensamento vindo da Igreja, e prega obediência à lei e à autoridade (GARCIA, 1999, p. 119), como consta do discurso do Ministro:

O direito social no Brasil revela a inspiração desse documento sublime. Está em consonância com a civilização cristã do grande e nobre povo a que se destina, e soube resolver esse agitado capítulo de discórdia humana, estabelecendo entre os homens, a paz e a harmonia que a Encíclica propugnava. (MARCONDES FILHO, 2002, P. 39)

Além de demonstrar que o Estado estava submisso ao Papado e que o Brasil seria uma terra de paz, Vargas transmite também a ideia de que a população do país, em sua maioria, é seguidora da fé Católica²⁴. Reforça esta intimidade com a fé ao designar o núncio apostólico brasileiro do Papa à época, Monsenhor Aloisio Masella para levar essas joias até Roma. E usa termos específicos da religiosidade, como exemplos de *núncio e lustros*: lustro que era o

²⁴ Em meados dos anos 1940, mais de 90% da população do país era seguidora do cristianismo católico.

censo realizado por Roma a cada cinco anos. Desse modo, revela ter conhecimento e reverência ao catolicismo, colocando-se ao lado da maioria da população em seu cotidiano.

O discurso reafirma a figura do Presidente como um chefe de uma nação por inteiro, um homem cheio de qualidades, um ser exemplar para seu país. “Sua superioridade o tornava merecedor de ser seguido, sua simplicidade demonstrava que compreendia seus seguidores.” (GARCIA, 1999, p. 127). Esse foi o seu grande legado: sempre mostrar-se como uma pessoa atenta às necessidades dos seus governados.

3.2.2 *Vida Sindical*

O discurso Vida Sindical enaltece a “liberdade relativa” da atividade sindical, além de fazer um apelo ao consumo através da formação de cooperativas.

Segundo Garcia (1999), a estrutura do poder de Vargas se fortalecia com o passar do tempo, devido ao pouco conhecimento cultural do seu curral eleitoral, a grande massa populacional. Ou seja, suas ideias eram formadas e apresentadas por homens de sua confiança e com um poder de persuasão muito forte, para que a população em si, de bom modo, pudesse aceitar seu pensamento com mais facilidade. Sendo assim, essa mensagem que era recebida por pessoas sem conhecimentos mais profundos tornava-se aceita automaticamente. “Nessas condições, toda e qualquer informação a respeito da estrutura de poder e seu funcionamento somente seria acessível se formulada de maneira limitada e em bases concretas.” (GARCIA, 1999, p. 103).

Neste discurso, o Ministro salienta que, a todo momento, chegavam mensagens de apoio ao Governo, fortalecendo ainda mais sua popularidade, pois o mesmo estava cumprindo as promessas feitas antes de chegar ao poder:

De todos os centros de atividade humana chegaram ao Ministério palavras de aplauso à iniciativa que assim prestigiava a direção desses órgãos de classe e cumpria uma das promessas do governo. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 14)

Dessa forma, Vargas se tornaria um presidente bem lembrado por seus governados, sendo considerado o protetor dos pobres como um “bom coronel”.

Nesse sistema o apoio, confiança e fidelidade aos “coronéis” eram mantidos através da construção de sua imagem de homens bons, que defendiam os subordinados contra os inimigos, obtinham-lhes assistência, protegiam-nos nas adversidades. (GARCIA, 1999, p. 104).

Os pensamentos de o bom-feitor que aparecem neste discurso, leva a ideia de Vargas como um ótimo governante para a nação: “Cumprindo a vontade da lei, com a formação de

Cooperativas de Consumo, os trabalhadores do Brasil darão mais uma demonstração de que correspondem ao esforço do grande estadista”. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 19). Ou seja, Vargas transmitia a mensagem de que era um presidente preocupado com o futuro do país e de sua indústria, atribuindo aos operários sindicalizados a responsabilidade pelo bom entendimento com os patrões e o barateamento do custo de vida: “Os sindicatos precisam trazer o contingente do seu esforço para diminuir o custo da vida” (MARCONDES FILHO, 2001, p.15), ao mesmo tempo em que defendia o pagamento da contribuição sindical.

Deixava também a imagem de um dirigente à disposição de seu povo, pelo anúncio da palavra “*estadista*” uma vez que os estadistas estão dispostos a unir forças dentro do seu país para fortalecê-lo independente das classes sociais.

Sua preocupação com o futuro estava presente nas palavras que traduzem oposição aos protestos do movimento operário:

Os movimentos de natureza operário, unificados na expressão ‘extremismos’, já em 1935 eram apresentados como perigosos e ameaçadores, servindo de pretexto para algumas medidas excepcionais como a promulgação da Lei de Segurança Nacional em abril e o fechamento da Aliança Nacional Libertadora em julho. (GARCIA, 1999, p. 107).

Ou seja, nota-se que os movimentos oriundos dos sindicatos eram temidos, na medida em que os sindicatos ganhassem mais apoio dos funcionários das diversas categorias, pois se tornariam mais fortes e mais ameaçadores ao Estado:

Se o sindicato é um aparelho destinado a tutelar os interesses das várias profissões e beneficiar os respectivos associados, somente atingirá tão altos fins se receber apoio pleno, pela adesão de todos os profissionais e pelos cuidados do poder público. (GARCIA, 2002, p. 32).

Sua ideia era eliminar as críticas para evitar a imagem de um país com povos “desordeiros”. Fato é que ao mesmo tempo em que Vargas via os Sindicatos como uma ameaça, ele dava incentivo à fundação de Cooperativas de Consumo. Ou seja, os movimentos operários eram uma ameaça para o poder, pois a ideologia dos operários era comunista. Mas ao mesmo tempo eles tinham uma obrigação: incentivar o consumismo, o que traria igualmente um aumento da produção e do lucro das empresas:

Há, porém, um serviço de resultados inestimáveis que se inclui exatamente, nos deveres dos sindicatos e cuja realização deve ser incentivada, para demonstrar a eficiência das diretorias e a preocupação pelo bem estar dos associados. Refiro-me às Cooperativas de Consumo. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 15).

Para Garcia (1999) as riquezas naturais existentes no país seriam as grandes aliadas de Vargas para o incentivo das Cooperativas de Consumo dentro de seu governo. Essas riquezas

ajudariam no crescimento do país em um momento muito delicado. A Segunda Guerra Mundial, entre 1939 e 1945, fez com que grandes nações ficassem arrasadas em ambos os aspectos, mas o objetivo de Vargas era mostrar que o Brasil iria conseguir manter-se firme apesar da guerra:

Os recursos naturais e o caráter nacional, dramaticamente engrandecidos, eram descritos de forma a sugerir a possibilidade de um futuro grandioso para o país... Outro objetivo era a cooperação de classes. A cooperação era apresentada como solução para evitar conflitos e como a fórmula mais adequada ao caráter nacional, já que o povo “prefere às soluções de força, o entendimento amistoso e os proveitos da cooperação construtiva.” Além disso, já que capital e trabalho dependiam um do outro, a cooperação permitiria equilibrar ambos os fatores e realizar os interesses de ambos. (GARCIA, 1999, p. 115-121).

Ao mesmo tempo em que manifestava preocupação com o clima internacional dominante, Vargas atribuía soluções aos sindicatos e seus associados. A fundação de cooperativas de consumo para que os trabalhadores tivessem melhores condições de comprar produtos em grandes quantidades e com preços mais atrativos para potencializar a economia do país estaria associada aos salários mais atrativos e ao capital circulante entre as cooperativas de consumo:

Favorecendo a possibilidade de adquirir em grandes quantidades, dos próprios produtores e por preço mais reduzido, as mercadorias fundamentais para a vida dos trabalhadores, o funcionamento da Cooperativa exprime, em certo sentido, um aumento do salário e, desta vez, obtido pela união, dos próprios interessados. Incrementando o espírito de associação, ampliando os quadros sindicais e favorecendo assim o patrimônio das entidades, a decisão do Ministério facilitou às diretorias os elementos necessários para que cumpram o que a lei lhes determina. Muitas cooperativas, bem sei, já existem, funcionando com pleno êxito administradas com inteligência, probidade e competência. Entretanto, forçoso é reconhecer que muitas mais poderiam e deveriam ser instaladas, sobretudo agora, que a situação exige um grande espírito de cooperação humana. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 15).

3.2.3 Os Proletários Intelectuais.

No terceiro e último discurso selecionado para esta análise dos elementos de propaganda, estaremos observando a situação do proletário intelectual, como colocada por Marcondes Filho em seu discurso.

Para Garcia (1999) Marcondes sempre prezou por uma linguagem que estivesse mais próxima do povo, e que valorizasse a população brasileira da época, transmitindo otimismo e, como nos discursos anteriores, buscando valorizar palavras de fácil memorização:

A elaboração da ideologia deveria ser realizada pela adequação dos seus componentes às condições dos receptores, de molde a permitir que as

mensagens fossem passíveis de serem compreendidas e aceitas. Assim, era necessário considerar, em relação às classes subalternas, o seu nível cultural médio, a forma como estavam inseridas no sistema social, as ideias às quais haviam sido expostas e seus interesses manifestos. (GARCIA, 1999, p. 103).

No referido discurso encontramos, em alguns momentos, a palavra *juventude*, oposta à *velhice*, situações em que Marcondes Filho coloca o Advogado e os juristas da nação, considerando-os proletários intelectuais, ou seja, trabalhadores que exercem sua profissão em prol da nação e que, portanto, são dignos de um regime especial de Previdência para o exercício de suas funções. Para ele, esta categoria de trabalhadores tem árduas tarefas para que o Brasil ganhe um novo rumo no futuro, em momentos de transformação e incertezas. O advogado, sendo um proletário intelectual, é aquele que está o tempo todo atarefado pensando no bem do povo, que não consegue ter tempo para si mesmo ele é um cidadão que deixa os seus interesses pessoais para defender os interesses coletivos. Essa era a ordem no país: que todos os que tivessem interesses pessoais pudessem deixá-los para segundo plano, pois em primeiro vinha a nação:

Curvados sobre a mesa de trabalho, da juventude à velhice, pensando para os outros, os advogados dificilmente podem amealhar para a senectude. Diga-se isso em louvor dos milhares de advogados que no território imenso estão dando novo sentido jurídico com o que o Brasil penetrará no porvir. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 279).

Para Garcia (1999) as palavras proferidas por Marcondes Filho em seus discursos deixavam bem claro que todos eram proletários, não somente aqueles que trabalhavam nas indústrias que estavam sendo instaladas no país. Nesta categoria se enquadravam os intelectuais como: advogados, ministros e até mesmo o próprio Vargas, que era o maior trabalhador que o país possuía. A despeito de todas as exclusões, a ideia veiculada era de que não existia uma divisão de classe. Todos pertenciam à nação de imenso território. “Os operários eram convocados ao trabalho para seguir o exemplo de Vargas, “o maior trabalhador”, e para recompensá-lo pelos benefícios que já havia dado aos trabalhadores.” (GARCIA, 1999, p. 122).

Ou seja, todos deveriam ser tratados de igual para igual, não existindo um discurso da superioridade, mas sim o da cumplicidade do Governo para com o seu povo, como coloca o Ministro. Esta ideia de uma classe trabalhadora homogeneizada eliminava os conflitos entre patrões e empregados, pois afinal todos os que faziam parte da nação eram colegas de trabalho e mereciam amparo legal:

Uma grande certeza de tranquilidade e de amparo desce sobre os nossos lares, em benefício das nossas mulheres e dos nossos filhos. O Estado Nacional preencheu mais um capítulo do seu prodigioso programa e o Sr. Getúlio Vargas, nosso ilustre colega, acaba de cumprir uma das suas mais belas promessas de governante. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 103).

Palavras e menções como essas deixavam nas entrelinhas que o Governo conclamava o povo para o trabalho, que este povo precisava trabalhar pelo país e que os trabalhadores tinham benefícios graças às ações feitas pelo “maior trabalhador”, o Presidente, que tanto “lutou” pelos direitos trabalhistas. Até mesmo os soldados eram seres produtivos para a nação:

Equiparavam-se os trabalhadores àqueles sob a denominação de soldados da produção e se os convoca a “produzir, produzir intensamente, produzir o mais possível”, ou a participar da “batalha da produção”, da “campanha da borracha”. (GARCIA, 1999, p. 123).

Como aponta Garcia (1999), o trabalho era o que dignificava o homem, a mão-de-obra era convocada pelo governo para mobilizar a economia do país para os anos seguintes:

O trabalho passava a ser intensamente valorizado e elevado à condição de atividade dignificante... Valorizado o papel da mão-de-obra, o governo convocava as classes subalternas a colaborar, com seu trabalho, numa intensa campanha de mobilização econômica que se inicia após os anos quarenta. (GARCIA, 1999, p. 122).

No entanto, em seu discurso, Marcondes Filho, advogado de carreira, pertencente a uma classe que durante anos exerceu a advocacia, demonstrava certa insatisfação por ser ele um proletário intelectual, uma vez que seu trabalho de legislador e o de seus colegas de profissão não era bem compreendido e valorizado pelas suas árduas tarefas de trabalhar em prol do coletivo:

São estes, exatamente, os serviços que menos aparecem e ainda menos se retribuem, porque não se vê, não se mede, nem se pesa o trabalho do proletário intelectual, e muitas vezes nem mesmo se compreende o seu valor e esforço construtivo. Foi o que aconteceu no século 19, é o que acontece agora, é o que acontece em todos os tempos a esse ilustre proletariado, que nunca se alçou aos planos da fortuna, porque, salvo raras exceções, ninguém se enriquece no patrocínio das demandas forenses. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 102).

Outro ponto a ser destacado nesse terceiro discurso é o convite sempre feito pelo Estado para a celebração das “grandes” datas nacionais criadas pelo Governo. Eram datas de todas as proporções, de grandes expressões como a revolução de 30, ou até menores como o dia da bandeira, celebrada em 19 de novembro. Essas celebrações ocorriam em lugares

públicos para que houvesse forte presença da população e para que aqueles anos fossem eternamente lembrados em todo o país como anos de glória:

No Estado Novo organizaram-se comemorações, manifestações, inaugurações, visitas, onde se concentravam desde grandes massas até pequenos grupos formados por setores específicos – militares, empresários, funcionários públicos. O ponto alto se concentrava nas comemorações das “grandes datas nacionais.”... As comemorações se faziam, geralmente, em estádios (Vasco da Gama, Pacaembu) ou em praças públicas e avenidas. (GARCIA, 1999, p. 163 - 164).

Neste discurso, o Ministro realça os direitos trabalhistas concedidos em 1942 como um marco para a história daquele que trabalha em prol das leis:

O ano de 1942 há de figurar como um marco na história do nosso sacerdócio, porque, no dia 11 de agosto, em comemoração à data da fundação dos Cursos Jurídicos, o Governo instituiu as Caixas de Assistência aos advogados e em 8 deste mês, em homenagem ao dia do jurista, aprovou por decreto o Regulamento que as deve dirigir. (MARCONDES FILHO, 2002, p. 103).

Ainda do trecho citado acima voltamos ao ponto de palavras de fácil memorização que Garcia (1999) nos aponta: Marcondes para se referir ao advogado usa a palavra “sacerdócio”, evocando missão religiosa, como ocorreu em outro discurso em que consta termo tão próximo da população brasileira, já que a maioria era seguidora da fé Católica. Este vocabulário transmitia a ideia de segurança e paz para a população, uma vez que os responsáveis pela Lei no país agiam como sacerdotes, ou seja, eram pessoas dignas de confiança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos este trabalho por meio de uma síntese do que foi apresentado nos capítulos precedentes, o que deixa no ar algumas reflexões.

Em primeiro lugar, a chegada do rádio ao país e sua evolução, fez com que o veículo ganhasse importância ao longo dos anos seguintes. Desde a sua estreia, em abril de 1923, com toda a luta de Roquette-Pinto e o apoio da Academia Brasileira de Ciências se pensou na missão educativa. No entanto, os primeiros anos do rádio foram tempos de elitização, pois as emissoras se organizavam apenas por meio de sociedades ou clubes e eram apoiadas por grandes empresários da época. Os conteúdos eram mais direcionados a essa classe social. O rádio oferecia momentos de lazer e, até o final da década de 1920, foi marcado por programas de simples realização, mas por canções eruditas e palestras. Foi um longo processo até a chegada de músicas populares, como o samba e o tango e de uma programação mais aberta e variada. No ano de 1932, através do Decreto-Lei nº 21.111, ele passa a cumprir uma meta mais comercial e ganha novos rumos e investidores. Essa regulamentação dava impulso ao mercado nacional. Era o fim do rádio erudito e o início do popular, destinado às massas. Este fato nos leva à reflexão sobre uma utopia esquecida da tão sonhada rádio educativa que se idealizava no início do século passado.

A chegada de Vargas ao poder altera os rumos do rádio, com o qual ele mantinha uma relação intrínseca. Vargas olhou para o rádio como um grande aliado em sua relação com as massas, sobretudo ao criar, em 1934, a Hora do Brasil, hoje Voz do Brasil, programa informativo de propaganda governamental, cuja transmissão é obrigatória em todo o território nacional até a atualidade. Durante toda a década de 1930, com a publicidade, houve grande aumento no número de emissoras fundadas com fins de lucro, geridas como empresas. Ao mesmo tempo, o pensamento nacionalista do Presidente promove um desenvolvimento da indústria no país sob a tutela de um Estado forte, paternalista e de comando autoritário. Sua indicação de líderes regionais como interventores afirma isso. Vargas intensificou as relações com a classe trabalhadora, indicou Alexandre Marcondes Filho como Ministro do Trabalho nos anos finais do Estado Novo e o elegeu como porta-voz oficial de seu governo. Assim, estimulou a ideia de uma propaganda radiofônica feita “de trabalhador para trabalhador”, ou seja, de colega para colega, colocando no mesmo patamar o governo e o povo.

A carreira política de Alexandre Marcondes Filho e sua chegada ao rádio serviram como reforço da imagem de Getúlio Vargas através dos discursos. Desde sua reeleição como

deputado federal, em 1930, e graças a seu poder de oratória na Câmara, ele era visado como porta-voz até assumir a pasta do Trabalho Indústria e Comércio, no final de 1941. Sua nomeação como Ministro do Trabalho foi muito bem aceita, principalmente entre os sindicatos paulistas, o que interessava ao Presidente. Em 1942, começa então a divulgar toda uma série de crônicas semanais que eram irradiadas pela Voz do Brasil, em todas as emissoras do país. Seus discursos, sempre pronunciados às quintas-feiras, eram também reproduzidos na manhã seguinte pelo jornal estadista *A Manhã*. Os temas destas palestras radiofônicas, sugeridos pelo DIP, eram todos voltados ao mundo do trabalho com a intenção de publicitar e enaltecer os feitos de Vargas. A análise dos elementos de propaganda contidos em três destes discursos: *Rerum Novarum*, *Vida Sindical* e *Os Proletários Intelectuais* nos aponta nitidamente a intencionalidade já anunciada do Ministro. Ao referir-se à *Rerum Novarum*, Alexandre Marcondes Filho mostra que o governo é o executor final da justiça no país. A encíclica vinha ao encontro das ideias de uma justiça social a favor do trabalhador e de Vargas como presidente executor das leis sociais para o país, assim como o papa o era no Vaticano. Em *Vida Sindical* ele reforça a eficácia da propaganda quando afirma que, em todos os momentos, chegavam mensagens de apoio pelas decisões tomadas pelo Presidente. Dessa forma, o relacionamento entre o povo e o Estado parece estar em perfeita harmonia. No terceiro discurso, *Os Proletários Intelectuais*, Vargas aparece diretamente unido ao povo enquanto proletário, como se constituísse – ele e os juristas que trabalhavam para o Estado Novo –, uma mesma classe social de trabalhadores da nação. Apesar das características do discurso radiofônico terem sido respeitadas, notamos que a linguagem utilizada pelo Ministro é de norma culta, aprimorada, muito distante daquela conhecida pelos trabalhadores, que constituíam uma classe com pouca escolaridade. Além desse aspecto, havia também um proselitismo ideológico de nivelamento de classes sociais bem distintas (os operários e os juristas) e um empenho para tornar a população adepta da política praticada em tempos de ditadura.

Muitos anos depois, podemos constatar que o modelo de rádio dominante no país é comercial, e a maioria dessas emissoras, apesar de programações diversificadas, servem igualmente como espaço de propaganda política. A despeito da lei, estes políticos são também proprietários ou sócios dessas rádios e as usam como modo de ganhar a confiança do povo para eleger-se ou eleger pessoas de sua confiança para as casas políticas do país, desde Câmaras Municipais até os mais altos escalões do poder, o que se aproxima dos objetivos da Era Vargas.

REFERÊNCIAS

- A BATALHA, Jornal. 1934. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1934.
- A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1941.
- A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1941.
- A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro, 04 de janeiro de 1942.
- A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1942.
- A MANHÃ, Jornal. Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1942.
- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros Radiofônicos: os formatos e os programas em áudio.** São Paulo: Paulinas. 2003.
- BATISTELLA, Alessandro. Um conceito em reflexão: o populismo e a sua operacionalidade. **Revista Latino-Americana de História**, Vol. 1, nº. 3, p 468-484 – Março de 2012.
- CALABRE, Lia. **A era do rádio.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CAPELATO, Maria Helena. Propaganda política e controle dos meios de comunicação. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CARMONA, Elysabeth; LEITE, Geraldo. Rádio, povo e poder: subserviência e paternalismo. In: MELO, José Marques. **Populismo e comunicação.** Cortez, 1981.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Quando um país se apequena. **Revista de História da Biblioteca Nacional**, Rio de Janeiro, ano 9, Nº 103, p 22-25, abril, 2014.
- DIÁRIO DA NOITE. Jornal. Rio de Janeiro, 26 de maio de 1934.
- DUARTE, Adriana. **Roquette-Pinto e a rádio sociedade do Rio de Janeiro.** CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2008.
- ELECTRON, Revista da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Anno I, n. 7, Rio de Janeiro, 1 de Maio de 1926, 20 p.
- FARO, J. S. **A comunicação populista: do DIP à SECOM.** In: Cortez e Moraes. (Org.). Estado, populismo e comunicação. Rio de Janeiro: Intercom, 1981.
- FERRARETO, Luiz Artur. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil. In: **Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)** – v.3, n.1, jan. 2014-jun/2014.
- FERRARETO, Luiz Artur. **Rádio no Rio Grande do Sul (anos 20, 30, 40): dos pioneiros às emissoras comerciais.** Canoas: Ed. da ULBRA, 2002.
- FERRARO, Alceu Ravanello. **Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?** Campinas: Educ. Soc., vol. 23, n. 81, p. 21-47, dez. 2002.

- GARCIA, Nelson Jahr. **Estado Novo Ideologia e Propaganda Política**. São Paulo: Loyola, 1999.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social / Antonio Carlos Gil. - 6. ed. - São Paulo : Atlas, 2008
- GOMES, Angela de Castro. A Invenção do Trabalhismo. **A Invenção do Trabalhismo**. São Paulo: Vértice, 1988.
- GOMES, Angela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- HAUSSEN, Dóris Fagundes. **Rádio e Política: Tempos de Vargas e Perón**. 1ª Ed. Porto Alegre: Ediprucs, 1997.
- LAZARFELD, P.; MERTON, R. Comunicação de massa, gosto popular e organização da ação social. In LIMA, Luis Costa (Org). **Teorias da cultura de massa**, 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2000.
- LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Estratégias de ação empresarial em conjunturas de mudança política. In: PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- LEVINE, Robert M. **Pais dos Pobres? O Brasil e a era Vargas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARCONDES FILHO. **Trabalhadores do Brasil** Edição Ridendo Castigat Mores Versão para eBook eBooksBrasil.org, CDPDOC - www.cepdoc.fgv.br, Fonte Digital, www.ngarcia.org, 2002.
- MARTINS, Luiz. **Teorias da Comunicação no século XX**. Brasília: Casa das musas, 2003.
- MAUAD, S.D.S. **A história do rádio no Brasil e em Minas Gerais**. BOCC. Biblioteca Online de Ciências da Comunicação, v. 1, p. 1, 2009.
- MELO, José Marques de. **Populismo e Comunicação**. São Paulo. Cortez, 1981.
- MILANEZ, Liana. Primeiros momentos – uma voz para a ciência. IN: MILANEZ, Liana (Org). **Rádio MEC: herança de um sonho**. Rio de Janeiro: ACERP, 2007, p. 17-45
- MOREIRA, Sônia Virgínia. **O rádio no Brasil**. Rio Fundo. 1991.
- ORTRIWANO, Gisela S. **A informação no rádio** – os grupos de poder e a determinação dos conteúdos. 3ª ed. São Paulo: Summus, 1985.
- PANDOLFI, Dulce (Org). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PEROSA, Lilian Maria F. de Lima. **A Hora do Clique**. Análise do programa de rádio “Voz do Brasil” da Velha à Nova República. São Paulo: Annablume, 1995.

RASOTO, Tálita. **Getúlio Vargas e o Populismo**. Especialização em Sociologia Política. UFPR. Curitiba, 2009. p. 27.

TAVARES, Reynaldo C. **Histórias que o rádio não contou**. Da Galena ao Digital, desvendando a radiodifusão no Brasil e no mundo. 2. ed., São Paulo: Editora HarbrasLtda, 1999.

TOTA, Antônio Pedro. **A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo. 1924-1934**. São Paulo: Secretaria de Estado e Cultura/PW, 1990, p. 87.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. 5.ed. Lisboa: Editorial Presença, 1999.

Sites consultados:

<http://www.fm94.rj.gov.br/index.php/controladorhistorico>, acesso em 30 de junho de 2015: às 18:30

[http://www.fiocruz.br/radiosociedade/media/Electron_1\(07\).pdf](http://www.fiocruz.br/radiosociedade/media/Electron_1(07).pdf), acesso em 28 de novembro de 2015. às 19:53

<http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=61>>. Acesso em 19 de outubro de 2015. às 17:34

<http://www.fiocruz.br/radiosociedade/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=40>>. Acesso em 30 de novembro de 2015. às 21:04

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/1/anos30-37/PoliticaSocial/MinisterioTrabalho>> acesso em 06 de junho de 2016. às 19:06

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm> Acesso em 30 setembro de 2016. às 22:04

ANEXOS

O discurso: “Rerum Novarum”.

Oficializando, durante o ano passado, as comemorações do cinquentenário da “Rerum Novarum”, o Governo do Brasil quis exprimir o seu elevado apreço por essa obra prima de sabedoria e de humanidade.

As medalhas que, neste momento, em nome do Exmo. Sr. Presidente da República, tenho a honra de entregar a V. Excia., Sr. Núncio Apostólico, para que aceite a incumbência de as fazer chegar às mãos de Sua Santidade, foram cunhadas para memorar, em Roma, os festejos do cinquentenário, em nosso país.

No ouro em que as cinzelamos, não oferecemos, apenas o lavor de uma jóia, que desejaríamos digna das coleções do Vaticano, mas, o metal ilustre que extraímos do imo do coração do solo brasileiro, para significar a profundidade dos nossos sentimentos. O pequeno escrínio que as encerra, foi talhado no tronco de um jacarandá vetusto, não só por ser a árvore mais nobre da nossa floresta, mas, sobretudo, a árvore que frondeja no chão sagrado do altar onde assistimos a primeira missa.

Numa das medalhas, ao fundo, o zimbório de São Pedro, que constitui o centro físico de um imenso mundo espiritual. Noutra, o Palácio, do Catete, que constitui o centro espiritual de um imenso mundo físico. No verso de ambas, o relevo deste Palácio de Trabalho, que é um ângulo de intercessão desses dois mundos.

Na primeira, a figura de Leão XIII inspirador da Justiça social, no mundo moderno. Na segunda, a efígie de Getúlio Vargas, instaurador da Justiça social no Brasil. E, porque o pensamento sem a ação nada realiza, quando o espírito quer reformar o panorama da vida, devemos dizer que, nos serviços à causa dessa justiça em nossa terra, a glória das duas individualidades se equivalem.

O pensamento de Leão XIII é fruto, é fim, é consequência, é ideia, perdura no tempo. A ação de Getúlio Vargas é semente, é início, é alicerce, é força, age no espaço. Um, conclui; outro aplica.

A encíclica imortal não representa a misantropia de uma cultura especializada, cujas especulações ficam sujeitas aos enganos inerentes às contingências individuais, mesmo quando provindas do cérebro de homens de gênio. Não emerge de um pensamento encerrado na preocupação do próprio sistema, capaz de deformar a realidade para lhe não sacrificar a estética. Ela é consequência de demoradas, intenso e meditados estudos de um colégio de

sábios. Procurou inspiração em preceitos e normas, autorizados por uma filosofia e uma experiência de milênios. Traz a refulgente chancela de uma dos espíritos mais lúcidos, mais claros, mais altos, que as gerações já produziram. Não sofreu a influencia de forças próximas, não quis resolver problemas transeuntes. Almejando proteger os direitos indiscutíveis do trabalho, foi elaborada para servir o mundo e perpetuar-se no tempo. É, por tudo isso, uma obra prima de sabedoria e de humanidade.

O direito social no Brasil revela a inspiração desse documento sublime. Está em consonância com a civilização cristã do grande e nobre povo a que se destina, e soube resolver esse agitado capítulo de discórdia humana, estabelecendo entre os homens, a paz e a harmonia que a Encíclica propugnava. Ao lançar os fundamentos da sua justiça comutativa, perfumou-se de equidade, transformando a elevação do empregado, num pensamento pelo capital, e a prudente defesa deste, num pensamento pelo operário. Poder-se-á redigir, com os textos da Bula, o ementário da nossa legislação, mostrando que a serviço do interesse comum o Estado se fez a providencia dos trabalhadores, sem deixar de ser útil a todas as demais classes. Devemos esse monumento imperecível de civilização, que foi edificado neste último decênio e marca um novo estágio em nossa história, ao extraordinário senso de humanidade do insigne estadista que nos dirige e à índole sadia e capacidade plástica da nossa gente.

Ninguém melhor do que V. Excia., Sr. Núncio Apostólico, cuja convivência nos encanta, há mais de três lustros, ninguém melhor do que V. Excia., que assistiu à floração desse Direito, poderá levar a Sua Santidade o seguro testemunho da ação compreensiva com que o Estado Nacional, apressando-se em cumprir a tarefa que lhe pertencia, proporcionou o bem a todos os que lhe estão submetidos.

Constituirá, certamente, inefável consolo ao paternal coração de Sua Santidade, na melancolia dos tempos que correm, a notícia desta homenagem que lhe tributamos, com o pensamento erguido para os ideais de verdade, de justiça e de paz social que ainda ontem iluminaram as palavras apostolares dirigidas ao mundo, da cadeira de São Pedro, pelo pastor angélico e glorioso continuador do pensamento imortal da “Rerum Novarum” e da “Quadragesimo Anno”. Muito nos honrará V. Excia., Sr. Núncio Apostólico, ao enviar esta oferenda comemorativa, se transmitir a Pio XII os sentimentos da mais profunda estima do Exmo. Sr. Presidente da República e do seu Governo, os protestos de veneração do povo brasileiro, e os ardentes votos que formulamos pela ventura pessoal de Sua Santidade e para que uma era de bonança e de quietude desça de Deus sobre a sofredora humanidade dos nossos dias.

Discurso: VIDA SINDICAL

Nestas minhas palestras, serei obrigado, muitas vezes, a referir-me ao discurso que proferi por ocasião da posse no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Não há nisso a menor preocupação de recordar palavras minhas, quero, apenas, lembrar por meio delas a orientação ali contida, que, esta, foi traçada pelo Sr. Presidente da República e não sair de nossa memória que provém da luminosa inteligência e da vontade suprema de quem revela em toda a sua vida um grande devotamento aos trabalhadores do Brasil.

Em meu discurso eu dizia que para colhermos completamente os frutos da nossa adiantada legislação trabalhista precisamos intensificar a vida sindical.

A afirmação contém um raciocínio claro: se o sindicato é um aparelho destinado a tutelar os interesses das várias profissões e beneficiar os respectivos associados, somente atingirá tão altos fins se receber apoio pleno, pela adesão de todos os profissionais e pelos cuidados do poder público.

Para servir a esse pensamento contido no programa do eminente senhor Getúlio Vargas expedi portaria de terminando que nenhuma repartição do Ministério tome conhecimento das consultas de empregadores, empregados, trabalhadores autônomos ou profissionais liberais senão quando formuladas pelos respectivos sindicatos, salvo as que contra esses órgãos sejam dirigidas ou envolvam recurso de atos emanados da diretoria, Conselho ou assembléia geral.

A decisão foi bem acolhida no país inteiro. De todos os centros de atividade humana chegaram ao Ministério palavras de aplauso à iniciativa que assim prestigiava a direção desses órgãos de classe e cumpria uma das promessas do governo.

É necessário, entretanto, não perder de vista outro aspecto que está recôndito na própria finalidade do ato ministerial. A vida do sindicato depende principalmente das atividades da sua administração, a quem compete a realização dos objetivos sociais. O ato representa assim uma declaração de sincera confiança nas diretorias dos sindicatos, a certeza de que, na retribuição do prestígio outorgado, elas desenvolverão cada vez mais o próprio esforço para que o organismo funcione em toda a sua nobre destinação.

A vida sindical é um conjunto harmonioso de prerrogativas e de deveres. Porque é um conjunto, não podemos intensificar o exercício das primeiras sem que lhe corresponda em grau paralelo o cumprimento dos segundos.

Relativamente aos interesses individuais dos associados, a ação do Sindicato não está somente na prerrogativa que a lei concede e a portaria reclama de os representar perante as

autoridades administrativas ou judiciárias sobre assuntos da profissão e impor contribuições a todos aqueles que participam da categoria. Está também nos deveres: promover a fundação de cooperativas, manter serviços de assistência judiciária, fundar escolas e hospitais, estabelecer a conciliação nos dissídios de trabalho.

Cumprindo os dispositivos legais, o ato ministerial procura fazer com que todos os interessados de cada profissão se inscrevam nos órgãos da classe respectiva. E favorecendo o desenvolvimento do quadro social, dá-lhes mais força, maior título representativo, maior autoridade à voz das suas diretorias, isto é, amplia e coadjuva em extensão e profundidade a ação das prerrogativas. Mas é preciso consignar, maiores possibilidades administrativas, isto é, estabelece novos meios mais rigorosos para o cumprimento dos deveres.

A portaria está, pois, de acordo com a realidade, tem lógica e acerto, porque mantém a beleza da simetria que deve existir na vida sindical entre direitos e obrigações.

Todos os deveres atribuídos pela lei dos Sindicatos devem ser cumpridos e nesse sentido todos são da mais absoluta igualdade. É de notar-se, entretanto, que nas questões de assistência social a contribuição dos Institutos representa um coeficiente avultado para a realização dos objetivos legais: que o espírito de conciliação nos dissídios de trabalho, ao qual hei de voltar numa das próximas palestras, depende, principalmente, de aspectos subjetivos destinados a preparar o fundo educacional das classes; que a assistência judiciária já está em função pela Justiça do Trabalho e prenuncia os grandes benefícios que há de trazer aos trabalhadores do Brasil.

Há, porém, um serviço de resultados inestimáveis que se inclui exatamente, nos deveres dos sindicatos e cuja realização deve ser incentivada, para demonstrar a eficiência das diretorias e a preocupação pelo bem estar dos associados. Refiro-me às Cooperativas de Consumo.

A guerra vai tomando toda a vida mais cara e pra evitar os sacrifícios resultantes da situação internacional nem tudo pode depender só da ação do governo. Os sindicatos precisam trazer o contingente do seu esforço para diminuir o custo da vida. Aliás, ainda, aqui, a providência se torna possível, em virtude da sabedoria com que o eminente Sr Getúlio Vargas estabeleceu-lhe as condições de vida e subsistência.

Favorecendo a possibilidade de adquirir em grandes quantidades, dos próprios produtores e por preço mais reduzido, as mercadorias fundamentais para a vida dos trabalhadores, o funcionamento da Cooperativa exprime, em certo sentido, um aumento do salário e, desta vez, obtido pela união, dos próprios interessados.

Incrementando o espírito de associação, ampliando os quadros sindicais e favorecendo assim o patrimônio das entidades, a decisão do Ministério facilitou às diretorias os elementos necessários para que cumpram o que a lei lhes determina. Muitas cooperativas, bem sei, já existem, funcionando com pleno êxito administradas com inteligência, probidade e competência. Entretanto, forçoso é reconhecer que muitas mais poderiam e deveriam ser instaladas, sobretudo agora, que a situação exige um grande espírito de cooperação humana.

Este apelo à direção dos sindicatos, está contido em uma das entrelinhas do ato ministerial. Acredito que, por ação das entidades prestigiadas, vão surgir, agora, na vida sindical brasileira, dezenas de Cooperativas organizadas com o alto objetivo de bem servir aqueles cuja adesão a esse ato quis incrementar.

Estou certo de que no campo das atividades ministeriais, não levarei ao Sr. Presidente da República nenhuma notícia de maior agrado, de satisfação mais intensa do que a de novas instalações desse admirável órgão de solidariedade.

Há dias, para atender a solicitação de um redator de “A Manhã”, que é um dos mais brilhantes matutinos cariocas, eu redigi esta frase:

O Sr. Getúlio Vargas, reconhecendo e outorgando os direitos do trabalhador, cumpriu o seu dever histórico; e o trabalhador, cumprindo os próprios deveres, mostrará que está à altura desses direitos.

Cumprindo a vontade da lei, com a formação de Cooperativas de Consumo, os trabalhadores do Brasil darão mais uma demonstração de que correspondem ao esforço do grande estadista.

Eu ficarei aqui para retribuir aos sindicatos, com os meus sinceros aplausos pela fundação de novos aparelhos, os aplausos que deles recebi por ter obedecido à determinação do Sr. Getúlio Vargas expedindo a portaria destinada a prestigiar os órgãos de classe dos trabalhadores do Brasil.

Discurso: OS PROLETÁRIOS INTELECTUAIS

Hoje não falo apenas como Ministro do Trabalho, mas também como parte integrante da minha própria classe, de proletário intelectual. Falo dos advogados, que são meus confrades, porque toda a vida fui advogado fui, até a data em que, obedecendo à determinação da alta confiança do Sr. Presidente da República, ingressei no quadro ministerial. Mas, ainda aqui, o mesmo espírito orienta a observância dos meus deveres, porque compareço no processo da mais bela das causas, que é a causa coletiva, onde se amplia ilimitadamente o campo do Direito, tão cheio do tumulto nos tempos que correm. Talvez por isso mesmo este ciclo de confusão, perigos e incertezas do mundo, seja ciclo dos juristas, porque nenhuma época como esta vem pejada de tanto Direito.

O combate por ele é um estado permanente da Humanidade e o próprio Direito uma crise perpétua de revisão. No seu ritmo evolutivo, ele funciona com a mesma tenacidade lenta, o mesmo inquebrantável e taciturno poder do cosmo botânico; porém, se é a força destruidora dos vendavais que assegura a perene juventude das florestas, não há como negar também que as eras convulsas funcionam, por assim dizer, como um serviço de eugenismo jurídico.

Têm razão aqueles que, para assinalar este aspecto, referem que a Revolução Francesa não está no cosmorama dos acontecimentos que se sucedem desde a Brasília até 18 Brumário, nem na teoria das personalidades, que atravessam essa paisagem da França. Está, sobretudo, no prolongado esforço para obter a gigantesca legislação intermediária, produzida depois de 89 até o advento do primeiro Império – intermediária entre duas humanidades – e que forneceu, depois, imenso material para o Código de Napoleão, que alimentou a vida jurídica do século XIX.

Sobre este ponto de vista, ela aparece, então, como um evento construtivo, procurando sistematizar surpreendentes fenômenos revelados, capturar problemas transeuntes, reparar princípios desvirtuados, sentir a palpitação do futuro, sem perder as ressonâncias do passado, num trabalho prodigioso que só mesmo os pósteros puderam perceber completamente e sem o qual todos os holocaustos humanos teriam ficado vazios de sentido.

Ninguém desconhece que muito mais extenso e muito mais profundo é o fenômeno que estamos atravessando, e que, neste, se sentem envolvidos todos os povos da terra. Não se sabe ainda como se processará a reconstrução do mundo futuro. Ignoramos também que materiais do arcabouço antigo serão aproveitados. Essa, a grande dificuldade do presente.

Nos tempo de antanho conservava-se nos poemas a cronologia dos acontecimentos históricos. Nos tempos modernos é através das leis que procuramos deter e sistematizar as

realidades emergentes. Daí, a sua quantidade. Mas os problemas são tão inesperados e instantes, que se os quiséssemos resolver por antiquados processos legislativos, as leis chegaram fora de hora, como os famosos cavaleiros de Offenbach. Daí a rapidez elaborativa.

O que vai consagrar a imortalidade da geração da nossa época que é, sem dúvida, uma geração intermediária de duas humanidades é, principalmente, essa legislação criadora e experimental que o mundo prepara em plena hecatombe, para legar aos porvindouros como contribuição à perpétua juventude da vida jurídica.

Elevando o pensamento a esse plano cósmico do Direito, é que se compreende o esforço dos Governos e se deve fazer um grande louvor ao Estado Nacional por se mostrar em equação com a época, estruturando para o Brasil o realismo de uma legislação que se apresentará nas futuras assembleias do Direito com uma grande força de posteridade, porque de antevisão, sem ter sacrificado aqueles princípios indestrutíveis que o pretérito nos legou sob esse ângulo de luz é que bem se percebe a capacidade plástica, o espírito compreensivo, a estupenda atividade dos nossos juristas na intermediação de dois mundos, buscando dar movimento e ritmo aos preceitos provindos da transfiguração. Não me refiro apenas aos que se assinalam pelo fulgor da inteligência e vastidão da cultura. Refiro-me, também, aos que não fazem ruído na História, aos operários do Direito, disseminados pelo país inteiro e a cuja energia ignora devemos a formação da nossa consciência legal. Refiro-me, sobretudo, aos que pleiteiam justiça nos burgos remotos, nos povoados sertanejo, nos climas inóspitos e constituem nessas paragens, onde o povo “sua o seu direito”, as asteríolas do sistema que mantém a vida jurídica.

São estes, exatamente, os serviços que menos aparecem e ainda menos se retribuem, porque não se vê, não se mede, nem se pesa o trabalho do proletário intelectual, e muitas vezes nem mesmo se compreende o seu valor e esforço construtivo. Foi o que aconteceu no século 19, é o que acontece agora, é o que acontece em todos os tempos a esse ilustre proletariado, que nunca se alçou aos planos da fortuna, porque, salvo raras exceções, ninguém se enriquece no patrocínio das demandas forenses. Curvados sobre a mesa de trabalho, da juventude à velhice, pensando para os outros, os advogados dificilmente podem amealhar para a senectude. Diga-se isso em louvor dos milhares de advogados que no território imenso estão dando novo sentido jurídico com o que o Brasil penetrará no porvir.

Nenhuma classe, mais do que essa nobre e grande classe, era, portanto, credora da ação do Estado Nacional, no estudo e na resolução dos problemas de previdência, para que certas preocupações materiais não perturbassem a serenidade mental que o trabalho requer.

O ano de 1942 há de figurar como um marco na história do nosso sacerdócio, porque, no dia 11 de agosto, em comemoração à data da fundação dos Cursos Jurídicos, o Governo instituiu as Caixas de Assistência aos advogados e em 8 deste mês, em homenagem ao dia do jurista, aprovou por decreto o Regulamento que as deve dirigir.

Uma grande certeza de tranquilidade e de amparo desce sobre os nossos lares, em benefício das nossas mulheres e dos nossos filhos. O Estado Nacional preencheu mais um capítulo do seu prodigioso programa e o Sr. Getúlio Vargas, nosso ilustre colega, acaba de cumprir uma das suas mais belas promessas de governante.

RIO DE JANEIRO — SEXTA-FEIRA, 11 DE DEZEMBRO DE 1942 — PAGINA 3 — A MANHÃ



Aviões Abatidos em Novembro

317 Cr \$ 15,90

Data limite de recolhimento: 21-12-42

SOPROS DE AGOSTO DE 1942 tornam-se RAJADAS
 SOPROS DE ABRIL DE 1942 tornam-se VENDAVAIS
 SOPROS DE JULHO DE 1941 tornam-se FURACÕES
 SOPROS DE ABRIL DE 1941 tornam-se TORNADOS
 SOPROS DE NOVEMB. DE 1940 tornam-se TUFÕES

FRATERNIDADE DO FOLE

Travessa do Ouvidor, 38 — sala 204
 Ed. Ass. dos Empreg. no Comercio - Loja 16

★★★★★★★★★  ★★★★★★★★★★

Regresso de jornalistas que foram à Inglaterra

Após a visita que fizeram a Londres, na qualidade de membros de uma delegação de representantes da imprensa que ali esteve a convite do governo britânico, regressaram, ontem, pelo "clipper" da Pan American Airways, os jornalistas Joaquim Ferreira e Mario Martins, os quais tiveram concorrido desembarque no aeroporto Santo-Dumont.

Faltam regressar o chefe da delegação, sr. Alfredo Pessoa e o sr. Jorge Mala.

NESTA PAGINA:

O Brasil transforma-se em país "técnicamente agrícola"

O que é a "Secção de Convalescentes" do Hospital Jesus — Resenha científica — Na Escola Nacional de Belas Artes

Uma grande certeza de tranquilidade e de amparo desce sobre os lares dos advogados

COMO FALOU, NA "HORA DO BRASIL", O MINISTRO MARCONDES FILHO

○ MINISTRO Marcondes Filho fez, ontem, ao microfone da "Hora do Brasil", a seguinte palestra:

"Hoje não falo apenas como ministro do Trabalho, mas também como parte integrante da minha própria classe, do proletariado intelectual. Falo dos advogados, que são meus confrades, porque toda a vida advogado fui, até à data em que, obedecendo à determinação da alta confiança do sr. presidente da Republica, passei para o quadro ministerial. Mas, experimental que o mundo prepara em plena hecatombe, para legar aos porvindouros como contribuição à perpetua juventude da vida jurídica.

Elevando o pensamento a esse plano cósmico do Direito, é que se compreende o esforço dos governos e se deve fazer um tanto louvor ao Estado Nacional por se mostrar em equação com a época, estruturando para o Brasil o realismo de uma legislação que se apresentará nas futuras assembleias do Direito

Mensagem do Presidente Getulio Vargas ao Presidente Roosevelt

O importante documento foi pes-

SIMBOLO DA DEFESA AMERICANA

Um monumento a ser levantado no Rio de Janeiro

O sr. Eduardo Coll, ex-ministro da